



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 06/2022-SODF

UASG: 929.053

A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Ordem de Serviço nº 07, de 06 de julho de 2022, publicada no DODF nº 126, de 07 de julho de 2022, Página 24, em conformidade com os termos do Processo nº 00110-00000528/2022-19, realizará licitação na modalidade de Concorrência, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, nos termos do Decreto Distrital nº 35.592, de 02 de julho de 2014, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, da Lei Distrital nº 6.128, de 01 de março de 2018, da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, da Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, Lei Distrital nº 6.679, de 24 de setembro de 2020, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1 - DA DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CERTAME

DATA: 16 de setembro de 2022

HORÁRIO: 09h – horário de Brasília-DF

LOCAL: AUDITÓRIO, da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura – SODF, localizada no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A15”, em Brasília - DF - Complexo da NOVACAP - CEP 71.215-000.

1.2 - **VALOR ESTIMADO:** R\$ 26.992.722,20 (vinte e seis milhões, novecentos e noventa e dois mil setecentos e vinte e dois reais e vinte centavos).

1.3 - Não havendo expediente na data marcada para abertura da licitação, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo disposições em contrário.

1.4 - O Edital e seus anexos deverão ser retirados no endereço eletrônico www.so.df.gov.br e/ou www.gov.br/compras

1.5 - Para maiores informações ligar para o telefone (61) 3306-5038, e-mail cplic@so.df.gov.br ou presencialmente, no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A15”, em Brasília - DF.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa com vistas a implantação de infraestrutura urbana, em poligonal do empreendimento estimada em 714ha, no denominado Lote 4, do Setor Habitacional Bernardo Sayão - DF, RA-GUAR, incluindo execução de pavimentação, drenagem, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT e ainda as exigências e demais condições e especificações, memoriais descritivos, quantitativos expressos nos projetos constantes do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao presente edital.

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VALOR ESTIMADO

3.1 - Os recursos são provenientes do Programa de Trabalho 15.451.6209.1110.0147 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL, consignado no Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD desta Secretaria, pela Lei Orçamentária Anual - LOA 2022, de 07/01/2022, publicada no DODF nº 06, de 10/01/2022 - Suplemento, adicionada pelos efeitos do Decreto nº 43.219 de 12/04/2022, publicada no DODF nº 71 de 13/04/2022, em conformidade às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022, de nº 6.934, de 05/08/2021, publicada no DODF nº 148, de 06/08/2021, em consonância ao Plano Plurianual do Distrito Federal - PPA, para o período 2020-2023, instituído pela Lei nº 6.490 de 29/01/2020, publicada no DODF Suplemento ao de nº 21 de 30/01/2020.

3.2 - Fica estimado o valor total de R\$ 26.992.722,20 (vinte e seis milhões, novecentos e noventa e dois mil setecentos e vinte e dois reais e vinte centavos), para a execução dos serviços, objeto da presente licitação, de acordo com a Planilha Orçamentária SEM desoneração (90398930), constante do Anexo III ao presente Edital.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

4.1 - Poderão participar da presente licitação todas e quaisquer empresas brasileiras e estrangeiras em funcionamento no país que, isoladamente ou em consórcio, atendam plenamente a todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

4.2 - Poderão também participar da licitação as empresas, mesmo que reunidas em consórcio, em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, bem como sob a demonstração, na fase de habilitação, da sua viabilidade econômica.

4.3 - A participação de Consórcios será admitida mediante a comprovação do compromisso público ou particular de constituição do Consórcio subscrito pelos consorciados, do qual deverão constar, em cláusulas específicas, a indicação da participação de cada empresa, suas obrigações e a designação da Empresa líder, que será a responsável pelo cumprimento dos compromissos assumidos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados e a submissão incondicional às regras da licitação.

4.3.1 - Não será permitido que uma mesma empresa participe através de mais de um consórcio ou isoladamente.

4.3.2 - A participação sob a forma de consórcio deverá observar as seguintes condições:

a) Apresentar o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, por escritura pública ou documento particular, discriminando:

a1) a designação do consórcio;

a2) o endereço;

a3) o empreendimento;

a4) o motivo de sua constituição; e

a5) a indicação da empresa líder.

b) A organização, os objetivos e a composição do consórcio com o nome das empresas e com a indicação do percentual de participação de cada consorciado;

c) Responsabilidade solidária de todos os consorciados, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato, ainda que cada empresa consorciada execute parte específica do objeto;

d) Quando o consórcio for constituído por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá OBRIGATORIAMENTE a uma empresa brasileira, observado o disposto na alínea “a” deste subitem;

e) Estabelecimento de poderes à empresa líder pela direção, representação e a administração do consórcio perante a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF e perante terceiros pelas obrigações assumidas pelo consórcio, inclusive com poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, receber citação, assinar quaisquer documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto deste certame.

f) O consórcio, após sua contratação, somente se extinguirá findo o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais;

g) Eleição do foro da cidade de Brasília - DF, para dirimir quaisquer questões decorrentes do consórcio;

h) O consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros.

4.3.3 - O consórcio proponente, se vencedor deste certame, fica obrigado a promover, em até 10 (dez) dias úteis antes da celebração do contrato, a sua constituição e o devido registro, nos exatos termos do compromisso apresentado neste edital.

4.3.4 - O consórcio poderá estar representado na data, hora e local da abertura da licitação por preposto credenciado com poderes para intervir nas fases do procedimento licitatório.

4.4 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

a1) Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

a2) Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

b) Tenham em seu quadro de pessoal, agente público ou dirigente da SODF ou ainda, membro efetivo ou substituto da Comissão de Permanente de Licitação;

c) Estejam suspensas temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com a ADMINISTRAÇÃO do Distrito Federal;

- d) Estejam declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal enquanto perdurarem seus efeitos;
- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- f) Estejam sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;
- g) Autor do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, pessoa física ou jurídica;
- h) A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e
- i) Estejam descredenciadas no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores.

4.4.1 - Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.4.2 - O disposto nos itens anteriores aplica-se aos membros da comissão de licitação.

4.5 - Da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

4.5.1 - Por força da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP, que tenham interesse em participar desta licitação deverão apresentar declaração conforme modelo constante do Anexo VI ao presente edital, devendo ser observado o valor estimado da licitação para efeito de enquadramento dos benefícios da referida Lei Complementar e da Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011.

4.5.2 - O tratamento favorecido e diferenciado não poderá ser aplicado em favor da entidade que, em decorrência do valor da licitação em que estiver concorrendo venha a auferir tratamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, conforme disposto no art. 24 da Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011 e no §2º do art. 2º do Decreto Distrital nº 35.592, de 02 de julho de 2014.

4.5.3 - Por força da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar desta licitação deverão apresentar documentação para habilitação que a classifique como ME ou EPP.

4.5.3.1 - Caso a licitante não apresente a documentação pertinente, decairá o direito de ser tratada como tal.

4.5.4 - Deverá ser apresentado, juntamente com a declaração de ME ou EPP, documento que comprove a aptidão da licitante para fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.4.1 - Serão aceitos como comprovantes de aptidão documentos como:

- a) contrato social, ou documento equivalente, devidamente registrado na Junta Comercial informando que a empresa é ME ou EPP;
- b) comprovante de inscrição no SIMPLES Nacional;
- c) Certidão Simplificada da Junta Comercial, informando que a empresa é ME ou EPP;
- d) Declaração de Enquadramento como ME ou EPP endereçado à Junta Comercial, com o devido registro do órgão;
- e) outros documentos que comprovem a veracidade da declaração de enquadramento como ME ou EPP.

4.5.5 - Na habilitação, caso a documentação referente à habilitação fiscal e trabalhista apresente alguma restrição, a ME ou EPP terá até 05 (cinco) dias úteis, a partir do momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação da licitante, para a apresentação de nova documentação escoimada dos vícios constatados.

4.5.6 - Caso a ME ou EPP não apresente a documentação no prazo do subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação.

4.5.7 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada.

4.5.8 - Para efeito do disposto no item 4.5.7, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

4.5.8.1 - A ME ou EPP mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado das propostas e do empate de preços, sob pena de preclusão;

4.5.8.2 - A nova proposta de preço mencionada no subitem 4.5.8.1 deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP); vencida a etapa de habilitação;

4.5.8.3 - Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que se enquadrem no percentual do item 4.5.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.5.8.4 - No caso de equivalência de valores apresentados pelas MEs ou EPPs que se encontrem enquadradas no item 4.5.7, será realizado sorteio entre elas para que identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

4.5.8.4.1 - A primeira proposta inferior àquela considerada vencedora do certame será atribuído o objeto da licitação, vencida a etapa de habilitação;

4.5.8.5 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 4.5.8.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.5.8.6 - O procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

4.6 - As empresa participantes do presente certame, que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório, deverão entregar, para fins de credenciamento, um dos documentos abaixo:

- a) Carta de credenciamento, procuração com poderes bastante ou ato constitutivo da licitante; ou
- b) Certificado de Registro Cadastral, em que conste o nome do Representante Legal.

4.6.1 - A falta de credenciamento não inabilita a licitante, ficando, porém o seu representante impedido de se manifestar durante a licitação.

5 - DAS VEDAÇÕES

5.1 - No curso da presente licitação, assim como no contrato decorrente da presente licitação, é vedado à SODF e ao LICITANTE e/ou seus empregados ou quaisquer representantes:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo deste procedimento licitatório público;
- c) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- d) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) Fraudar esta licitação pública ou contrato dela decorrente;
- f) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar desta licitação pública ou celebrar contrato decorrente, ou
- g) Realizar quaisquer ações ou omissões que constituem prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, do Decreto Distrital nº 37.296, de 29 de abril de 2016 e demais legislação anticorrupção pertinente.

6 - CONDIÇÃO PRELIMINAR

6.1 - A participação na Licitação implica a aceitação integral e irretroatável dos termos deste Edital, Anexo(s) e Instruções, bem como a observância dos Regulamentos Administrativos e das Normas Técnicas pertinentes.

7 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

7.1 - Os documentos e a proposta necessários à participação dos interessados na presente licitação serão entregues, na data, hora e local descritos no item "1" do presente Edital, em envelopes separados e fechados, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social das licitantes, os seguintes dizeres:

CONCORRÊNCIA Nº 06/ 2022-SODF - SODF

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº 01.

CONCORRÊNCIA Nº 06/2022 - SODF

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

PROPOSTA - ENVELOPE Nº 02.

- 7.2 - Todos os elementos de proposta deverão ser apresentados impressos eletronicamente, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente datados e assinados.
- 7.3 - Após a habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo ou fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 7.4 - Não serão aceitos e considerados documentos de Habilitação, Proposta de Preços, recursos e impugnação ao Edital apresentados por telegrama, via postal, fac-símile.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - O envelope DOCUMENTAÇÃO deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da licitante, os documentos em original ou cópia autenticada, ou ainda, cópia acompanhada do original para efeito de autenticação por membro da Comissão de Permanente de Licitação, e a seguir indicados:

OBS: Recomenda-se, para facilitar a conferência dos mesmos, que os documentos abaixo indicados sejam numerados sequencialmente, na mesma ordem que se segue.

8.1.1 - Relativamente à habilitação jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- No caso de sociedade empresariais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis e, no caso de sociedade por ações, apresentar, ainda, os documentos de eleição de seus administradores;
- Em se tratando de sociedades simples, ato constitutivo averbado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;
- Em se tratando de sociedade empresarial estrangeira, ato administrativo de autorização para funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2 - Relativamente à regularidade fiscal e Trabalhista:

- Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal para todas as licitantes e/ou prova de regularidade com a Fazenda do Município e do respectivo Estado, para as licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de certidão expedida pela Receita Federal ou por meio da Internet, não tendo validade no caso desta última, cópia ainda que autenticada por cartório;
- Certificado de Regularidade do FGTS ou instrumento equivalente, em plena validade, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em plena validade, para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, por meio eletrônico/via internet – www.tst.jus.br/certidao - (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

8.1.2.1 - Os documentos acima exigidos devem ser obrigatoriamente relativos ao domicílio ou sede do licitante.

OBS: Todos os documentos relativamente à regularidade fiscal poderão ser emitidos via internet.

8.1.3 - Relativamente à qualificação econômico-financeira:

- Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;
 - As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura;
 - No caso específico de Sociedades do tipo S.A., o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados por publicação nos termos dos artigos 289 e 294 da Lei nº 6.404/76;
 - A empresa que tenha optado pelo Lucro Presumido, para fins de imposto de renda, bem como as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, ficam também obrigadas a apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social;
 - A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas, conforme definido pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 do MPOG:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

a5) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo no valor de R\$ 2.699.272,22 (dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos), corresponde a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

- A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da documentação, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais, através do Registro Comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. A certidão terá validade de trinta dias, a contar da data de sua expedição.

8.1.4 - Relativamente à qualificação técnica:

- Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou por meio eletrônico/via internet, da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade.
 - Se a empresa licitante, for de outra praça, no ato da contratação deverá apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do estado de origem, obrigatoriamente visada pelo CREA/DF, de acordo com o Art. 69, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Resoluções nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do CONFEA.
- Acervo técnico:

b1) do responsável técnico:

b1.1 - Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo serviços de obras compatíveis com a complexidade técnica do objeto a ser executado, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, com indicação do ramo de atividade (engenharia civil/arquitetura), na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's, inscrição de regularidade junto ao CAU/CREA e indicação da(s) Anotações/Registros de Responsabilidade Técnicas – ART/RRT emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:

SERVIÇOS	UNIDADE
Execução de Pavimento Intertravado	m ²
Execução de Muro de Gibeão Tipo Caixa	m ³
Escavação Mecanizada de Vala, em Solo Mole (de 1,5 a 3,0m de profundidade)	m ³
Escavação de Vala, Tipo Blindagem (de 1,5 a 3,00m de profundidade)	m ²

b1.2 - O RT detentor do(s) atestado(s) será obrigatoriamente o profissional que acompanhará a obra.

b2) da empresa:

b2.1 - Capacidade Técnica Operacional da Empresa - Comprovação que a empresa licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de **obras compatíveis com a complexidade técnica do objeto a ser executado**, em conformidade com o item 9 do Projeto Básico/Termo de Referência, conforme Súmula nº 263/2011 – TCU, através de certidão (ões) ou atestado (s) e inscrição de regularidade da empresa junto ao CAU/CREA.

b2.2 - Os atestados para capacidade operativa da empresa deverão ser acompanhados das respectivas CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico - em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

b2.3 - É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para atender o acervo exigido.

b2.4 - Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução de:

SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAIS EM RELAÇÃO À CURVA ABC (%) *
Execução de Pavimento Intertravado	m ²	18.000,00	39,03
Execução de Muro de Gabião Tipo Caixa	m ³	780,00	40,03
Escavação Mecanizada de Vala, em Solo Mole (de 1,5 a 3,0m de profundidade)	m ³	500,00	40,34
Escavação de Vala, Tipo Blindagem (de 1,5 a 3,0m de profundidade)	m ²	1.200,00	37,56

* Percentuais aproximados

b3) Os documentos relativos à Qualificação Técnica da empresa serão admissíveis tanto em nome da matriz como da filial.

c) As empresas deverão apresentar atestado de vistoria (visita técnica) assinado por agente público a ser designado pela SODF, conforme modelo constante no Anexo XV deste Edital e de acordo com o item 8 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao presente edital.

c1) As visitas deverão ocorrer em dias úteis, até o último dia anterior à data da sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes;

c2) Por ser facultativa, caso a licitante não deseje realizar a visita técnica, deverá apresentar Declaração de abstenção de realização de vistoria, conforme modelo constante do Anexo XVI ao presente edital.

d) Declaração nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c § 2º do art. 27, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, indicando a(s) entidade(s) que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

d1) A licitante vencedora deverá subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte, nos exatos termos do que dispõe o art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para execução de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do objeto contratado, conforme modelo constante do Anexo XVII ao presente edital.

d2) A declaração exigida na letra d) poderá ser atendido apenas pela empresa líder do consórcio.

d3) Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial, conforme §10 do Art. 9º do Decreto distrital nº 35.592, de 02 de julho de 2014.

8.1.5 - DA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

8.1.5.1 - Para comprovar sua habilitação, as empresas reunidas em Consórcio deverão apresentar Termo de compromisso, público ou particular, de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas, onde conste:

- a) a indicação da empresa líder do consórcio, que será a empresa a relacionar-se com a SODF em nome do consórcio;
- b) a designação do consórcio e sua composição;
- c) o empreendimento que constitui objeto do consórcio;
- d) o prazo de duração do consórcio;
- e) a designação do(s) representante(s) legal(is) do consórcio, inclusive com poderes para firmar o eventual contrato decorrente da presente licitação;
- f) a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos do consórcio em relação à presente licitação e aos eventuais contratos dela decorrentes; e

8.1.5.1.1 - Fica proibido a qualquer empresa consorciada, participar na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente ou como subcontratada.

8.1.5.2 - O atendimento às exigências de habilitação deverão obedecer aos seguintes critérios:

- a) Cada empresa deverá apresentar individualmente as exigências dos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 - letras "b" e 8.1.4 - letra "a";
- b) O item 8.1.3 - letra "a.5" poderá ser atendida pelo somatório de cada consorciado, na proporção de sua participação;
- c) O item 8.1.4 - letras "b.1" e "b.2" - cada consorciada deverá atender pelo menos 01 (um) item do acervo exigido;
- d) O item 8.1.4 - letra "c" poderá ser atendida apenas pela empresa líder do consórcio.

8.1.5.3 - Se vencedor do certame, o consórcio fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato de execução dos serviços, a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso firmado conforme item 8.1.5.1 acima.

8.1.6 - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1.6.1 - Para fins de habilitação, além da documentação exigida nos subitens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, será exigido ainda:

- a) Declaração de ciência e concordância com os termos do edital, conforme modelo constante do Anexo V ao presente Edital;
- b) Sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da LC nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei, para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo constante do Anexo VI ao presente Edital;
- c) Declaração, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo VII ao presente Edital;
- d) Declaração, que em cumprimento ao Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, não contrata menores de 16 (dezesseis) anos, bem como não determina trabalhos em período noturno, perigosos ou insalubres a funcionários menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do Anexo VIII ao presente Edital;
- e) Declaração de não admitir trabalho forçado ou degradante, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, conforme modelo constante do Anexo IX ao presente Edital;
- f) Declaração de Atendimento às Normas de Acessibilidade, conforme modelo constante do Anexo X ao presente Edital;
- g) Declaração de que a empresa atende aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em atendimento a Lei nº 4.770, de 22 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal, conforme modelo constante do Anexo XI ao presente Edital;
- h) Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, conforme modelo constante do Anexo XII ao presente Edital;
- i) Declaração de que não incorre nas vedações, previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo XIII ao presente Edital; e
- j) Declaração de responsabilidade técnica, conforme modelo constante do Anexo XIV ao presente Edital.

8.1.7 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.1.7.1 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidosapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.8 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, que efetivamente prestará os serviços:

- a) Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da matriz;

- b) Se a empresa licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, sendo dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) Relativo à Qualificação Técnica serão admissíveis documentos, tanto em nome da matriz como da filial.

9 - DA PROPOSTA

9.1 - A proposta deverá ser apresentada nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Edital, sob pena de desclassificação, devendo ser impressa eletronicamente em uma via original, em papel timbrado da Licitante, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem ressalvas, emendas rasuras ou entrelinhas, em que conste o número deste Edital, numeradas sequencialmente, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante ou seu procurador constituído, juntando-se, neste caso, cópia da procuração com poderes específicos.

- 9.1.1 - As empresas licitantes deverão apresentar as planilhas orçamentárias, as composições de custos unitários e o cronograma físico-financeiro em meio digital no formato excel, ou similar, sob pena de desclassificação.
- 9.1.2 - As empresas licitantes deverão apresentar sua proposta seguindo a ordem numérica do orçamento estimativo da SODF.
- 9.1.3 - As composições de preço unitário também deverão obedecer a ordem numérica e de serviços do orçamento estimativo da SODF.
- 9.1.4 - O BDI máximo apresentado pelas empresas licitantes não poderá ultrapassar os BDI's de referência apresentados na planilha orçamentária.
- 9.1.5 - As empresas licitantes deverão fazer distinção entre o BDI e BDI diferenciado.
- 9.1.6 - O representante legal deverá comprovar essa qualidade, anexando cópia de pelo menos um dos documentos indicados no item 4.3.6 deste Edital, caso não conste no envelope nº 01.

9.2 - Na proposta deverá ser consignado e acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Preço total deverá ser calculado conforme o disposto nos subitens 9.3 e 11.2 do presente edital;
- b) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da documentação e proposta;
- c) Prazo de Execução total dos serviços não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela SODF/SUAF;
- d) Declaração expressamente, a concordância do proponente aos termos do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006 e alterações, Anexo XIX do presente edital;
- e) Declaração de que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras civis e das obras complementares, conforme projetos e especificações constantes do edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à SODF;
- f) Declaração de que nos preços unitários propostos estão inclusas despesas com administração local (mão de obra de engenheiros, Leis Sociais, vale transporte e vale refeições de pessoal, EPI'S e uniformes), mobilização e desmobilização de equipamentos, ligações provisórias e tarifas de água, esgoto e energia, eventual elaboração de projetos e desenhos e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços;
- g) O valor do ISS compreendido no preço, observado o disposto no Decreto nº 14.122, de 19 de agosto de 1992, que regulamenta a Lei nº 294 de 21 de julho de 1992, do Governo do Distrito Federal;
- h) Planilhas de preços, elaboradas em papel timbrado do licitante e assinadas pelo profissional, indicando o número de registro no CREA, constando os quantitativos dos serviços a serem executados, conforme planilhas de preços dos serviços objeto desta licitação, com os respectivos preços unitários e totais;
- h1) Serão fornecidas pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF as estimativas de preços, do objeto desta licitação com os descritivos dos itens de serviços;
- h2) A partir destas estimativas, o licitante deverá propor os preços unitários, gerando a totalização dos itens de serviços e o consequente valor total da proposta.
- i) Apresentar o demonstrativo do BDI – Bonificações e Despesas Indiretas adotado na planilha estimativa da proponente, sob pena de desclassificação, nas seguintes condições:
- i1) O valor de BDI adotado na Planilha Orçamentária é de 20,34%, com BDI diferenciado de 11,10%.
- i1.1) Caso a proposta do licitante vencedor tenha BDI superior ao do orçamento-base, este último percentual será o adotado quando houver a inclusão de serviços novos por meio de termo aditivo, nos termos da Decisão nº 6229, de 09 de dezembro de 2014, do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- i2) O BDI apresentado pela empresa deverá estar explícito no orçamento e não mais na composição de preços;
- i3) O BDI máximo apresentado pela licitante não poderá ultrapassar os BDI's de referência apresentados na planilha orçamentária.
- j) Apresentar cronograma físico-financeiro assinado por profissional técnico competente, conforme o disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cronograma de desembolso, ambos de acordo com os padrões da SODF, constante no Orçamento SEM desoneração (90398930), anexo ao presente edital;
- k) Apresentar os demonstrativos de encargos sociais (leis sociais) incidentes sobre a mão de obra adotada na planilha da proponente, sob pena de desclassificação, nas seguintes condições:
- k1) O valor máximo para os encargos sociais incidentes sobre a mão de obra horista é de 110,14%.
- k1.1) Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor de encargos sociais para mão de obra horista superior a esse teto;
- k2) O valor máximo para os encargos sociais incidentes sobre a mão de obra mensalista é de 70,03%.
- k2.1) Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor de encargos sociais para mão de obra mensalista superior a esse teto.
- 9.2.1 - Quanto aos preços unitários da proposta:
- a) Eventuais divergências detectadas pela Proponente nas Planilhas Estimativas deverão ser comunicadas a SODF, observado os prazos legais na fase licitatória.
- b) Durante a execução do objeto, os quantitativos apresentados nas Planilhas Estimativas da SODF/DF não deverão ser tomados como definitivos, haja vista que apenas subsidiam a compreensão da obra, conforme estabelecido no item "CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS".

9.3 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- 9.3.1 - Fica dispensada a apresentação detalhada das composições SINAPI e o SICRO (desde que não modificados), pois são sistemas oficiais de referências de preços, bastando que a mesma faça constar nos orçamentos apresentados a data base. E nos casos em que os custos unitários não tenham sua origem no SINAPI ou no SICRO, ou seja, tabela de preços e serviços de outras fontes oficiais publicadas, exige-se a apresentação de coeficiente de consumo, custo unitário, custo total dos diversos insumos, custo total da composição, bem como as composições dos serviços associados.
- 9.3.2 - Na elaboração do orçamento, foi utilizada preferencialmente a tabela SINAPI-DF com data base ABRIL/2022 e OUTRAS BASES JANEIRO/2022, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do SINAPI, ou seja, a Data Base do Orçamento é 17 de maio de 2022.
- 9.3.3 - A Composição de Preços Unitários constam na Planilha Orçamentária SEM desoneração (SEI 90398930) Anexo III do presente edital.
- 9.3.4 - A planilha orçamentária indica a composição de todos os custos unitários da obra, no termos do art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.3.5 - Os percentuais das rubricas (administração, seguro, ISS etc...) integrantes para a composição do BDI, poderão variar para BAIXO ou para CIMA dos PERCENTUAIS MÁXIMOS estabelecidos pela Administração no orçamento, desde que haja previsão legal para tais variações.
- 9.3.5.1 - As referidas variações poderão ocorrer em decorrência da estratégia comercial adotada pela empresa competidora.
- 9.3.6 - A estratégia comercial são as decorrentes da aplicação do Simples Nacional, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e da Lei 13.161, de 31 de agosto de 2015. Ressalva-se que, uma vez apresentado o BDI e encargos sociais com as variações decorrentes das referidas Leis, a proponente deverá se ater ao item 19 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao presente edital, para que não incorra em fraude fiscal.
- 9.4 - Será pago pela execução da obra, serviços e fornecimento de materiais efetivamente aplicados na obra, objeto desta licitação, os preços unitários propostos pela contratada, multiplicados pelos quantitativos dos serviços executados e/ou materiais fornecidos.
- 9.5 - No caso de execução de serviços não previstos inicialmente, porém indispensáveis à conclusão do objeto licitado, estes serão pagos de acordo com os Preços e Serviços das Tabelas da SINAPI ou SICRO 2, conforme previsto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, mantido o desconto aplicado nos preços de referência da licitação.
- 9.6 - Caso se faça necessária à celebração de termos aditivos versando sobre a inclusão de itens novos ou acréscimos de quantitativos de itens já previstos no orçamento base, deverão ser observados os preços praticados no mercado, que tenham por limite aqueles contidos em tabelas de preços oficiais e a manutenção obrigatória do desconto inicialmente ofertado pela CONTRATADA com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e evitar prática irregular do "jogo de planilha".
- 9.7 - O preço total proposto pelo licitante não poderá, sob pena de desclassificação, ser superior ao custo estimado pela SODF, conforme art. 48 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.8 - Caso os prazos de que trata o subitem 9.2 - letras "b" e "c", não esteja expressamente indicado na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

10 - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

- 10.1 - No dia, hora e local especificados no subitem 1.1 deste Edital, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SODF receberá os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO e a PROPOSTA, numerando-os de acordo com a ordem de entrega.
- 10.1.1 - Após o Presidente da Comissão declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido.

- 10.2 - Concluído o recebimento dos envelopes, terá início a abertura dos ENVELOPES Nº 01, contendo a documentação de habilitação que será conferida e examinada pela COMISSÃO.
- 10.3 - Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricados pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes legais das empresas licitantes, não cabendo posteriormente qualquer reclamação por parte daqueles que se abstiverem de rubricá-los.
- 10.4 - Abertos os envelopes nº 01, contendo a DOCUMENTAÇÃO, a COMISSÃO, poderá divulgar, na mesma ou em outra reunião, o resultado do exame da documentação, devolvendo às licitantes inabilitadas o envelope nº 02, ainda fechado, mediante recibo, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.
- 10.5 - Serão inabilitadas as licitantes que não satisfizerem os requisitos exigidos para participação e habilitação nesta licitação.
- 10.6 - Encerrada a fase de habilitação proceder-se-á a abertura dos ENVELOPES nº 02 contendo a Proposta das licitantes habilitadas, e lidos em voz alta os seus conteúdos, registrando-se em ata todas as ocorrências e declarações.
- 10.6.1 - Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes.
- 10.7 - Nos termos do art. 40, inciso VI, c/c o art. 43 § 6º, da Lei nº 8.666/93, após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- 10.8 - É facultado à COMISSÃO ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou de informações que deveriam constar originalmente nos envelopes 01 ou 02.

11 - DO JULGAMENTO

- 11.1 - O Julgamento será procedido de acordo com o tipo de licitação menor preço, previsto no Art. 45, §1º, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, sendo declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço total.
- 11.1.1 - A apuração dos quantitativos, com base nos projetos EXECUTIVOS fornecidos pela SODF, é de responsabilidade das licitantes, devendo os custos advindos de eventuais diferenças por ela apontadas serem considerados na sua proposta.
- 11.1.2 - As composições de preços unitários deverão expressar detalhadamente todos os insumos para sua formação – materiais, equipamentos, mão de obra, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, preços unitários e totais.
- 11.2 - O preço total será o somatório dos resultados parciais de cada item, obtidos da multiplicação dos quantitativos estimados fornecidos pela SODF, pelos preços unitários ofertados pelos licitantes.
- 11.2.1 - No caso de discordância entre os preços unitários e os totais, resultantes de cada item prevalecerá o primeiro e, ocorrendo divergência entre valores expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último, fazendo-se as correções correspondentes.
- 11.2.2 - No caso de discordância entre os preços unitários apresentados na planilha e os da composição de preços unitários prevalecerão os últimos.
- 11.3 - Serão desclassificadas as propostas que:
- Apresentar composição de preços unitários incompatíveis com o mercado ou que não atendam o disposto no subitem 9.2 – letra “k” deste instrumento;
 - Apresentar preços final superior ao preço máximo fixado na planilha estimativa disponibilizada pela SODF, Anexo III do presente edital;
 - Não estiver devidamente assinada;
 - Contiver qualquer limitação, reserva ou condições contrastantes com as do presente edital;
 - Não contiver informações suficientes para a perfeita identificação, qualificação e avaliação das obras/serviços ofertados.
 - O cronograma físico-financeiro, as planilhas de preços e a composição de preços unitários não atenderem ao subitem 9.2 do presente instrumento.
 - Apresentarem valores unitários e/ou global, superiores ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido o orçamento estimado do serviço, ou ainda com preços, manifestamente inexequíveis.
 - Consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
 - Valor orçado pela administração.
 - Propostas que apresentarem preços unitários e/ou totais simbólicos, irrisórios ou de valor zero (art. 44, § 3º da Lei nº 8.666/93) ou que ultrapassem o valor unitário da planilha estimativa da SODF/SUPOP.
- 11.4 - Caso haja empate de preços entre duas ou mais propostas, depois de obedecido o disposto no §2º, do Art. 3º da Lei nº 8.666/93 e o descrito no subitem 4.5.7 do presente edital, a classificação será feita por sorteio em ato público, de acordo com o Art. 45, §2º, do mesmo diploma legal.
- 11.5 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a SODF poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras, escoimadas das causas que as desclassificaram.
- 11.6 - A COMISSÃO poderá admitir propostas que apresentarem vícios de forma ou erros evidentes, sempre que estes vícios não abranjam questões substantivas ou que sua correção não viole o princípio de igualdade das proponentes.
- 11.7 - Conforme dispõe o art. 40, inciso VII, c/c o art. 44, §2º da Lei nº 8.666/93, não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 11.8 - O resultado do julgamento das propostas e dos recursos apresentados será publicado na imprensa oficial, conforme determinação contida na Decisão nº 28/2006 do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e disponibilizado no site da SODF na rede mundial de computadores.

12 - DO EXAME DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 12.1 - As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pelo SODF na forma indicada a seguir:
- Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
 - Erros de transcrição das quantidades ou unidades de medidas do Projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade ou unidade de medida e o preço total;
 - Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
 - Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e trocando-se a soma;
 - Verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.
- 12.2 - O valor total da proposta será ajustado pela SODF em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros.
- 12.2.1 - O valor resultante constituirá o valor contratual.
- 12.2.2 - Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.
- 12.3 - Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela SODF, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.
- 12.4 - As Propostas de Preços serão analisadas, conferidas, corrigidas e classificadas por ordem crescente de valores corrigidos.
- 12.5 - Poderão ser promovidas diligências pela Comissão de Licitação, de forma a suprir omissões ou esclarecer aspectos inerentes à proposta ou às suas correções.

13 - OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E IMPUGNAÇÕES

- 13.1 - Dos atos da Administração decorrente da aplicação no contido neste Edital e seus anexos, cabem recursos administrativos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
- habilitação ou inabilitação do licitante;
 - julgamento das propostas;
 - anulação ou revogação da licitação;
 - indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; e
 - aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- 13.2 - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- 13.3 - Pedido de reconsideração, de decisão de Secretário de Estado, conforme o caso, na hipótese do [§3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93](#), no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

- 13.4 - A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", excluídos os relativos a advertência e multa de mora, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 13.5 - O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do subitem 13.1 acima terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.
- 13.6 - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 13.7 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 13.8 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 13.8.1 - O processo encontrar-se-á com vista franqueada aos interessados, no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, horário de Brasília-DF, no seguinte endereço: Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Bloco "A15", Sala de Licitações da SODF - em Brasília - DF - Complexo da NOVACAP - CEP 71.215-000.
- 13.8.2 - Durante a fase recursal, caso seja de interesse da licitante, poderá ser solicitado junto à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura o acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI, no status de usuário externo.
- 13.9 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no §1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93.
- 13.10 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 13.11 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, nos termos do §2º do Art. 41 da Lei nº 8.666/93.
- 13.12 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 13.13 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com Art. 45, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 14.2 - Feita a classificação das propostas e não havendo a interposição de recursos, a Comissão Permanente de Licitação do SODF lavrará ata circunstanciada, encaminhando a Autoridade competente para homologação.
- 14.2.1 - Homologado o procedimento, será efetuada a adjudicação pelo Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal.

15 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DOS ELEMENTOS VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- 15.1 - Os pagamentos do item 'Administração Local' serão feitos na proporção da execução financeira dos serviços, de forma a garantir que o pagamento de 100% da parcela de Administração Local somente se verifique ao final da execução financeira da obra, evitando-se, assim, o desembolso indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 55, inciso III da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 15.2 - Caberá ao Executor do contrato a aferição da proporcionalidade da medição da Administração Local aos serviços executados mensalmente.

16 - DO CONTRATO

- 16.1 - O contrato para execução das obras objeto desta licitação será estabelecido entre a SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL e a licitante vencedora, após a adjudicação do objeto licitado, no regime de empreitada por preço unitário, conforme modelo constante do Anexo II ao presente edital.
- 16.1.1 - A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar, ceder ou transferir o total dos serviços objeto do contrato;
- 16.1.2 - Será permitida a subcontratação parcial dos serviços, que por sua especialização requeiram o emprego de empresas ou profissionais habilitados, limitada ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, com base no Art. 72 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 16.1.3 - A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela administração" e DECISÃO NORMATIVA Nº 02/2012 do TCDF.
- 16.1.4 - Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a licitante vencedora deverá subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõe o art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para execução de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do objeto contratado;
- 16.1.5 - No caso de subcontratação deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da CONTRATADA, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados;
- 16.1.6 - A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a SODF, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I do presente edital.
- 16.2 - Anteriormente a assinatura do contrato, apenas a empresa vencedora deverá demonstrar o vínculo do(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) no Anexo XV deste edital, conforme Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.
- 16.2.1 - Visando comprovar o vínculo do Responsável Técnico, será exigido:
- Contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum; ou
 - Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou
 - Contrato Social da empresa que demonstre vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado.
- 16.3 - Anteriormente a assinatura do futuro contrato advinda da presente licitação, caso a empresa vencedora do presente certame seja domiciliada em outra unidade da federação, a Certidão de Pessoa Jurídica exigida no subitem 8.1.4.a1 deverá ser visada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA/DF.
- 16.4 - Conforme determina a Lei distrital nº 6.679, de 24 de setembro de 2020, anteriormente a assinatura do contrato a empresa vencedora deverá comprovar documentalmente o cumprimento da exigência de equidade salarial em seu quadro de funcionários no prazo de 05 dias corridos, contado da publicação do resultado da licitação e prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez, por meio de:
- Documento assinado por contador responsável, contendo o nome de todos os funcionários e respectivos cargos, tempo de serviço, grau de instrução, raça declarada e remuneração;
 - Relatório sobre ações afirmativas adotadas para garantir a igualdade de condições no ingresso e na ascensão profissional, e o combate às práticas discriminatórias, inclusive de raça, e à ocorrência de assédios moral e sexual na empresa, pelo menos nas áreas de:
 - política de benefícios;
 - recrutamento e seleção;
 - capacitação e treinamento.
 - A empresa que não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial no ato do chamamento para assinatura do contrato pode apresentar, no mesmo prazo estabelecido no caput, plano para adoção das ações elencadas na letra b) acima, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 dias corridos.
- 16.5 - A Licitante vencedora em conformidade com a Lei nº 6.112/2018, deverá apresentar à SODF, como condição indispensável para formalização da relação contratual, Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade do Programa de Integridade, nos termos dos Anexos I e II do Decreto nº 40.388/20 e de conformidade com o item 13.2.62 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I do presente edital.
- 16.5.1 - Para assinatura de Contrato, caso o representante seja procurador, somente serão aceitas procurações públicas e com poderes para tal, não se admitindo poderes genéricos ou aqueles específicos para participar de licitação.
- 16.6 - Para assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar indicação do número da conta, código e nome da agência do BRB - Banco de Brasília S/A, em atendimento ao Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, para fins de pagamento, vedada em qualquer hipótese a cessão de direito sobre os respectivos créditos a terceiros.
- 16.6.1 - Excluem-se da exigência do subitem 16.6 acima:
- Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal.
 - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; e
 - Os pagamentos a empresas de outros Estados da Federação que não tenham filial ou representação no Distrito Federal poderá indicar conta corrente de outro banco.

16.7 - A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF convocará a licitante vencedora para assinar o termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação formalizada, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 24 deste Edital.

16.7.1 - O prazo para assinatura do contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF.

16.8 - É facultado à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar a retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independente da cominação prevista no Art. 81, da Lei nº 8.666/93 e das sanções estabelecidas.

16.8.1 - O disposto no subitem 16.8 não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, §2º da Lei nº 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

16.9 - Todas as obras que possam interromper ou perturbar o livre trânsito de veículos e/ou pedestres ou que possam oferecer perigo a segurança pública, deverão ser iniciadas com autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

16.9.1 – Com relação à sinalização, a CONTRATADA deverá seguir os seguintes procedimentos.

a) Dirigir-se à Gerência de Engenharia de Trânsito – STRC Trecho 01 – Conjunto “B”, Lotes 01/08 Zona Industrial – CEP 71225-512, Telefone: (61) 3905-5970, ponto de referência Via Estrutural, em frente a Cidade do Automóvel, em Brasília - DF, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, do período programado para a realização da obra, munido dos seguintes documentos:

a1) Ofício/solicitação contendo todas as informações e cronograma da obra, constando das etapas a serem executadas e a respectiva duração;

a2) Projeto de sinalização de obras e seus desvios em 02 (duas) vias, seguindo as normas do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito volume VII – Sinalização Temporária (https://www.denatran.gov.br/images/Educacao/Publicacoes/Manual_VOL_VII_2.pdf);

a3) Após aprovação do projeto, será emitido o boleto com o valor correspondente a execução da obra;

a4) Após o recolhimento será emitida a autorização necessária para início das obras.

16.10 - A adjudicatária deverá prestar garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a critério da SODF, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme Art. 56 do Decreto nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sob pena de decair o direito à contratação, na forma do item 18 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I do presente edital e Cláusula Nona – das Garantias do Contrato.

16.10.1 - Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária

16.10.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA ser-lhe-á restituída ou liberada 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento à SODF.

16.10.3 - A cobertura da garantia deverá se estender por até 90 (noventa) dias após o período de vigência do Contrato.

16.10.4 - Para atendimento a solicitação de restituição ou liberação da garantia, o requerimento deverá ser encaminhado à SODF acompanhado do original da Guia de Recolhimento e cópia do Termo de Recebimento Definitivo.

16.11 - Caso se faça necessária à celebração de termos aditivos versando sobre a inclusão de itens novos ou acréscimos de quantitativos de itens já previstos no orçamento base, deverão ser observados os preços praticados no mercado, que tenham por limite aqueles contidos em tabelas de preços oficiais e a manutenção obrigatória do desconto inicialmente ofertado pela CONTRATADA com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e evitar prática irregular do “jogo de planilha”.

16.12 - A CONTRATADA, responderá pela solidez e segurança do trabalho, nos termos do disposto no art. 618 do Código Civil.

16.13 - Constitui motivos para rescisão de contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, qualquer ato praticado pela contratada de conteúdo: (Lei Distrital nº 5.448/2015)

a) Discriminatório contra a mulher;

b) Que incentive a violência contra a mulher;

c) Que exponha a mulher a constrangimento;

d) Homofóbico;

e) Que represente qualquer tipo de discriminação.

16.14 – A empresa contratada deverá adotar boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual que envolvam seus empregados ou representantes. (Decreto distrital nº 41.536, de 1º de dezembro de 2020)

17 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

17.1 - Para garantir o fiel cumprimento do Contrato, a SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL obriga-se a:

a) Efetuar pagamento na forma estabelecida na Cláusula Sétima do instrumento de contrato, dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às formalidades previstas;

b) Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, encarregado da obra objeto do contrato, livre acesso às instalações para execução da obra;

c) Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, que anotará em diário de obra todas as ocorrências verificadas;

d) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato, bem como, sobre multas, penalidades e/ou quaisquer débitos de sua responsabilidade;

e) Acompanhar e fiscalizar as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA;

f) Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e Art.41, Inciso II e §§ do Decreto nº 32.598/2010;

g) demais obrigações relatadas no subitem 13.1 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I do presente edital.

17.2 - São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar fielmente o objeto contratado conforme especificações, prazos e condições estipulados no Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no contrato;

b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato Convocatório;

c) Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiro, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhista, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação do serviço;

d) Responsabilizar-se das eventuais despesas decorrentes do objeto contratado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) do ato Convocatório;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as expensas, no total ou em parte, objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

f) Fornecer materiais, mão de obra, equipamentos e todos os elementos necessários à execução da obra, bem como o ressarcimento dos serviços realizados;

g) Recuperar todos os elementos danificados em decorrência da execução dos serviços, de forma a entregar toda a área trabalhada completamente limpa, sem qualquer entulho ou material que sobrar;

h) Providenciar e conservar a sinalização necessária a de acordo com as normas do DETRAN/DF;

i) Fornecer instalações para fiscalização, bem como afixar placas de acordo com os padrões estabelecidos pela SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL;

j) Efetuar o registro da obra no CREA/DF, de acordo com o disposto na Lei nº 6.496 de 07/12/1977;

k) Atender as determinações do representante designado pela SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, bem assim as de autoridade superior;

l) Zelar pela execução da obra com qualidade, perfeição e pontualidade;

m) Responder pelos danos causados direta ou indiretamente à SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL;

n) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento;

o) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

p) Não contratar trabalho infantil, nos termos do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, para menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

- q) Responsabilizar pelo fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, mão de obra, máquinas e aparelho, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e serviços e a sua conclusão no prazo fixado no contrato;
- r) Apresentar a documentação necessária ao Licenciamento da Obra para que seja emitida a Ordem de Início do Serviço para a Execução da Obra pela SODF/SUAF;
- s) Deverá ser reservado o percentual de 2% de vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais, a ser destinado a pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, conforme determina a Lei nº 6.128, de 1º de março de 2018;
- t) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, equipamentos, etc., existentes no local da execução dos serviços;
- u) demais obrigações contidas no subitem 13.2 no Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I do presente edital;
- v) Efetuar o cadastramento no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, conforme passos constantes do Anexo XVIII ao presente edital.

18 - DA RESCISÃO

18.1 - A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF poderá rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses autorizadas pelo artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que, formalmente justificada e assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no item 19 do Projeto Básico/Termo de Referência.

19 - DOS PRAZOS

- 19.1 - O prazo de execução dos serviços é de, no máximo, 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia útil da expedição da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela SODF/SUAF, no Distrito Federal.
- 19.2 - O contrato terá o prazo de vigência de 16 (dezesseis) meses, contados da data de sua assinatura.
 - 19.2.1 - O prazo de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega da obra poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja solicitação escrita da CONTRATADA, protocolizada até 60 (sessenta) dias corridos antes do vencimento do Contrato, e se configure qualquer uma das hipóteses prevista no art. 57 §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - 19.2.2 - O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

20 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

- 20.1 - Assinado o contrato, serão emitidas as notas de empenho em favor do contratado.
 - 20.1.1 - Os pagamentos serão realizados exclusivamente à empresa ou ao consórcio contratado;
 - 20.1.2 - Os pagamentos serão realizados com base na medição mensal dos serviços efetuados pelo Consórcio, sendo que, não será permitida a emissão de fatura individual das empresas partícipes do consórcio, devendo-se, portanto, ser considerado um CNPJ único para o Consórcio formado;
- 20.2 - O regime de execução será por Empreitada por preço unitário e o pagamento será realizado por unidades feitas.
- 20.3 - A medição dos serviços se dará em conformidade com o cronograma físico financeiro e deverá ser apresentada e aprovada pelo engenheiro fiscal da SODF, que emitirá o atestado de conformidade.
- 20.4 - Para efeito de pagamento, a SODF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:
 - a) Certidão de regularidade de inexistência de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
 - c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
 - d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011);
 - e) Prova de regularidade com o Ministério da Economia por meio da Certidão Conjunta negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 20.5 - Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.
- 20.6 - Na emissão de Previsão de Pagamento - PP e de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, o setorial de administração financeira da SODF noticiará a situação ao gestor do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento
- 20.7 - O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s), de acordo com as normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal, em até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação do atestado de execução emitido pela SODF, acompanhado da fatura/nota fiscal correspondente, que será atestada pelo executor do Contrato após as devidas verificações.
 - 20.7.1 - Passados 30 (trinta) dias corridos sem o devido pagamento pela Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA/IBGE.
- 20.8 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 20.9 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte:
 - a) A multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e
 - b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 20.10 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, e suas alterações.
 - 20.10.1 - Ficam excluídas desta regra:
 - a) Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;
 - b) Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
 - c) Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 20.11 - Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012.
 - 20.11.1 - A retenção dos tributos não será efetuada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
- 20.12 - Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.
 - 20.12.1 - Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
 - 20.12.2 - Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 20.13 – Demais regras estabelecidas no item 16 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao presente Edital.

21 - DO REAJUSTAMENTO

- 21.1 - Para fins de reajustamento do Contrato deverão ser observadas as seguintes condicionantes, conforme item 17 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I do presente edital:
 - a) Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data base do orçamento, de acordo com art. 28 da Lei nº 9.069/95, ressalvada a hipótese prevista no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - b) Dentro do prazo de vigência do contrato, a Contratada fará jus ao reajustamento após o interregno mínimo de um ano, contado da data base do orçamento (17/05/2022), aplicando-se o índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV, INCC-M, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei nº 10.192/2001;
 - c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
 - d) O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

22 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

22.1 - O objeto do contrato será recebido após limpeza total da área envolvida e formalmente comunicada à SODF, conforme item 12 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I do presente edital.

22.1.1 - Provisoriamente: pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita do contratado;

22.1.2 - Definitivamente: por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento provisório, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

22.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, consoante Artigo 618 do Código Civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos no Art. 73, §2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, ou pelo contrato.

23 - GARANTIA DA OBRA

23.1 - O prazo de garantia da obra, conforme art. 618 do Código Civil será de 05 (cinco) anos, contado da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente.

24 - DAS SANÇÕES

24.1 - O não cumprimento das obrigações a serem assumidas em razão deste procedimento sujeitará a licitante adjudicatária, garantida a prévia defesa, até no máximo 05 (cinco) dias úteis, às seguintes sanções, nos termos do Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações:

a) Advertência;

b) Multa nos percentuais definidos no instrumento legal acima;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal por até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

24.1.1 - As sanções previstas nas letras 'a', 'c' e 'd' acima poderão ser aplicadas juntamente com a da letra 'b', facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

24.2 - A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-se às sanções acima indicadas.

24.3 - Sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que pode ficar sujeito, o rol das penalidades administrativas a que o licitante, adjudicatário ou contratado pode ser submetido, assim como o rito do procedimento administrativo para sua aplicação, estão dispostos Decreto nº 26.851/2006, nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

24.5 - Demais regras estabelecidas no item 19 do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao presente Edital.

25 - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

25.1 - O empreendimento possui Licença de Instalação Corretiva – LIC nº 2/2020, Autorização de Corte de Árvores Isoladas Nº 2053.4.2022.29401 e Outorga Prévia de Lançamentos em Corpo Hídrico Nº 80/2019, conforme Anexos III-B, IIC e III-D, respectivamente, todos do presente edital.

26 - DO LICENCIAMENTO DA OBRA

26.1 - A CONTRATADA fica responsável pelo Licenciamento da Obra e terá o suporte necessário da SODF junto aos órgãos para emissão da documentação pertinente.

26.2 - A SODF como órgão público e proprietário das obras em andamento é dispensada das taxas de licenciamento e execução de obra, porém caso seja requerido deverá a Contratada municiar a SODF de projetos e documentos que venham a ser requeridos.

26.3 - Ficará a cargo da Contratada apresentar a documentação necessária à protocolização das referidas licenças junto aos órgãos bem como os formulários necessários para que seja providenciada a emissão das licenças.

26.4 - Deverá a Contratada apresentar tais formulários e documentos necessários às licenças em conjunto com a ART.

26.5 - As demais taxas/impostos referente à regularidade da obra será de responsabilidade da Contratada.

27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 - Na hipótese de ocorrerem eventuais divergências entre os termos do Edital e dos modelos e anexos, prevalecem os termos do Edital.

27.2 - Quaisquer consultas ou pedidos de esclarecimentos só serão atendidos mediante solicitação por escrito à Comissão Permanente de Licitação da SODF, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas, no horário das 08h às 12h e das 14h às 18h no telefone (61) 3306-5038 ou por e-mail: cplic@so.df.gov.br.

27.3 - A SODF responderá às questões formuladas através de e-mail ao interessado em até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas.

27.3.1 - As informações prestadas pela SODF serão numeradas sequencialmente e serão consideradas aditamentos ao Edital, sendo juntadas ao processo licitatório.

27.4 - Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

27.4.1 - Todas as consultas, alterações, pedidos de esclarecimento e/ou impugnações, serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.so.df.gov.br.

27.5 - São inaceitáveis alegações futuras de desconhecimento de fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução e a entrega do objeto licitado.

27.5.1 - Recomenda-se que o licitante visite e examine o Local das Obras e cercanias obtendo para sua própria utilização, por sua exclusiva responsabilidade, todas as informações necessárias para a elaboração de sua proposta e eventual celebração do Contrato;

27.5.2 - As visitas deverão ser marcadas previamente junto à SODF, as quais ocorrerão em dias úteis, até o último dia anterior a data da sessão pública para recebimento dos envelopes Documentação e Proposta;

27.5.3 - Todos os custos associados à visita ao Local das Obras serão arcados integralmente pelos próprios Licitantes.

27.6 - As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

27.7 - Os atos decorrentes desta licitação serão públicos, exceto quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

27.8 - Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto o contrário no Edital, e só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na SODF.

27.9 - Os casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela SODF, que deverá, subsidiariamente, valer-se das disposições legais vigentes aplicáveis;

27.10 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

27.10.1 - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

27.10.2 - A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

27.10.3 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

27.11 - Não será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais pois não se aplica o parcelamento do objeto uma vez não haver economia de escala, o mesmo impactaria em custos administrativos, com majoração dos mesmos, vez que a exequibilidade da obra depende da concomitância dos serviços ora licitados.

27.12 - Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas no Projeto Básico/Termo de Referência/Cadernos de Projetos/Orçamentos deverá ser priorizada a seguinte ordem de relevância dos documentos técnicos: Projeto Básico/Termo de Referência, Orçamento, Caderno de Projetos.

27.12 - Persistindo a dúvida deverá ser consultada a Subsecretaria de Projetos, Orçamentos e Planejamento de Obras – SUPOP/SODF que redirecionará aos órgãos, quando for o caso, e profissionais responsáveis.

27.13 - Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

27.14 - Fazem parte integrante deste Edital, dele fazendo parte integrante, os seguintes anexos:

- Anexo I - Projeto Básico/Termo de Referência, Cronograma Físico Financeiro (SEI 92857091)

a) Memorial Descritivo de Geotecnia – MDE GEO 001/2022: 83842572;

- b) Relatório Técnico de Geometria: 83843826;
 - c) Pranchas 1-06/06 do Projeto Geométrico - Planimetria: 83848518 (DWG) e 83848630 (PDF);
 - d) Pranchas 1-11/1 do Projeto Geométrico - Altimetria: 83849299;
 - e) Nota de Serviço do Projeto Geométrico: 83849756;
 - f) Memorial Descritivo do Pavimento Flexível – MDE PAV 001/2022: 83850072;
 - g) Pranchas 1-07/07 de Seção Típica do Pavimento Flexível - INF PAV 001/2022: 83850254 (DWG) e 83850337 (PDF);
 - h) Pranchas 1-10/10 do Projeto Sinalização Viária: 83850725 (PDF) e 83850917, 83851238, 83851315, 83851401, 83851521 e 83851747 (DWG);
 - i) Pranchas 1-06/06 do Projeto de Drenagem: 83904122 (PDF) e 83910992 (DWG);
 - j) Pranchas 1-13/13 de Detalhes dos Lançamentos: 83910686 (PDF);
 - k) Prancha de Detalhe DRN ALAMBRA DO: 83904561 (PDF) e 83912350 (DWG);
 - l) Prancha de Detalhe DRN BOCA DE LOBO-DETERMINAÇÃO: 83904718 (PDF) e 83945033 (DWG);
 - m) Prancha de Detalhe DRN DESCIDA TIPO ESCADA: 83905455 (PDF) e 84035683 (DWG);
 - n) Prancha de Detalhe DRN DISSIPADOR A2: 83906827 (PDF) e 84035908 (DWG);
 - o) Prancha de Detalhe DRN DISSIPADOR SIMPLES: 83906992 (PDF) e 84036369 (DWG);
 - p) Prancha de Detalhe DRN MEIOS-FIOS: 83908934 (PDF) e 84037202 (DWG);
 - q) Prancha de Detalhe DRN CAIXAS DE PASSAGEM-VISITA: 83909573 (PDF) e 83912422 (DWG);
 - r) Prancha de Detalhe DRN SARIETAS: 83909818 (PDF) e 84037544 (DWG);
 - s) Prancha de Detalhe DRN RESERVATÓRIO: 83910113 (PDF) e 84037661 (DWG);
 - t) Planilha de Redes do Projeto de Drenagem: 83910865;
 - u) Relatório Técnico do Projeto de Drenagem: 83910937;
 - v) Pranchas 1-02/02 do Projeto de Urbanismo/Calçadas: 84045925 (DWG) e 84046083 (PDF);
 - x) Croqui de Remanejamento de Postes: 84063629;
 - y) Projeto do Canteiro de Obras: 84059848;
 - z) ART's: 90623156, 90623398, 90623522, 90623726, 90624071, 90624184 e 90637323;
- Anexo II - Minuta do Contrato Padrão nº 009/2002 (92888853);
 - Anexo III - Planilha Orçamentária SEM Desoneração (90398930);
 - Anexo III-A - Cronograma Físico-Financeiro - MODELO
 - Anexo III-B - Licença de Instalação Corretiva - LIC Nº 02/2020: 79705156;
 - Anexo III-C - Autorização de Corte de Árvores Isoladas Nº 2053.4.2022.29401: 84056651;
 - Anexo III-D - Outorga Prévia de Lançamento no Corpo Hídrico Nº 80/2019: 79705284;
 - Anexo IV - Modelo de Carta Proposta;
 - Anexo V - Declaração de ciência e concordância com o edital;
 - Anexo VI - Declaração de ME/EPP;
 - Anexo VII - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
 - Anexo VIII - Declaração do Menor;
 - Anexo IX - Declaração de não admitir Trabalho Forçado ou Degradante;
 - Anexo X - Declaração de atendimento as Normas de Acessibilidade;
 - Anexo XI - Declaração de atendimento aos Critérios de sustentabilidade Ambiental;
 - Anexo XII - Declaração de cota de aprendizagem;
 - Anexo XIII - Declaração de não Incorrer em Vedações;
 - Anexo XIV - Declaração de Responsabilidade Técnica;
 - Anexo XV - Declaração de visita técnica (vistoria)
 - Anexo XVI - Declaração de abstenção de realização de vistoria;
 - Anexo XVII - Declaração de subcontratação compulsória;
 - Anexo XVIII - Passos para Cadastramento de Empresas no Sistema Eletrônico de Informações;
 - Anexo XIX - Decreto DF nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores;

Brasília - DF, 15 de agosto de 2022

ADRILES MARQUES DA FONSECA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

E

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053

O Projeto Básico/Termo de Referência encontra-se disponível para download em www.so.df.gov.br

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053

MINUTA CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS PARA O DISTRITO FEDERAL Nº. 000/2022 - SODF, nos Termos do Padrão nº. 09/2002

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura - SODF, CNPJ nº. 00.394.742/0001-49, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco A-15, entrada pela Novacap, em Brasília – DF, doravante denominada SODF, representado por LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA, na qualidade de Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e a «EMPRESA», inscrita no «CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX», com sede na «ENDERÇO», «CEP», doravante denominada CONTRATADA, representada por «REPRESENTANTE», portador da identidade nº. «RG» e «CPF nº», na qualidade de «CARGO».

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Concorrência nº 006/2022 - SODF (id. 000000), da Proposta de id. «FLS_PROPOSTA», da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, Lei Distrital nº 6.138, de 26/04/2018 e Projeto Básico (id. 92857091) e seus complementos.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a seleção de empresa com vistas a implantação de infraestrutura urbana, em poligonal do empreendimento estimada em 714ha, no denominado Lote 4, do Setor Habitacional Bernardo Sayão, RA-GUAR, incluindo execução de pavimentação, drenagem, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT e ainda as exigências e demais condições e especificações, memoriais descritivos, quantitativos expressos no projeto, consoante específica o Edital de Concorrência nº. 006/2022 - SODF (id. 000000), Proposta de id. _____ e o Projeto Básico (id. 92857091) e seus complementos, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor e do Reajustamento

5.1 O valor total do Contrato é de R\$ _____ (_____), devendo a importância de R\$ _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 Para fins de reajustamento do Contrato deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

5.2.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data base do orçamento, de acordo com art. 28 da Lei nº 9.069/95, ressalvada a hipótese prevista no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

5.2.2 Dentro do prazo de vigência do contrato, a Contratada fará jus ao reajustamento após o interregno de um ano, contado da data base do orçamento (17/05/2022), aplicando-se o índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV, INCC-M, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei nº 10.192/2001;

5.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste; e

5.2.4 O reajuste será realizado por apostilamento, nos termos do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I. Unidade Orçamentária: 22.101

II. Programa de Trabalho: 15.451.6209.3023.0073

III. Natureza da Despesa: 44.90.51

IV. Fonte de Recursos: 100 e 135

6.2 O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1 O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s), de acordo com as normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal, em até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação do atestado de execução emitido pela SODF, acompanhado da fatura/nota fiscal correspondente, que será atestada pelo executor do Contrato após as devidas verificações.

7.2 Para efeito de pagamento, a SODF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

7.3 Certidão de regularidade de inexistência de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ;

7.4 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

7.5 Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

7.6 Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Economia/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7.7 Quando da execução por Consórcio os pagamentos serão realizados com base na medição mensal dos serviços efetuados pelo Consórcio, sendo que, não será permitida a emissão de fatura individual das empresas participantes, devendo-se, portanto, ser considerado um CNPJ único para o Consórcio formado.

7.7.1 Para a configuração e formação do consórcio é necessário registro cartorário e demais documentações fiscais, o que gera um único CNPJ para as consorciadas.

7.8 Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento pela Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA/IBGE.

7.9 Na emissão de Previsão de Pagamento - PP e de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, o setorial de administração financeira de cada Órgão ou Entidade deve notificar a situação ao gestor do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento, conforme §1, art. 63, do Decreto nº 32.598, de 15/12/2010.

7.10 As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, e suas alterações.

7.10.1 - Ficam excluídas desta regra:

a) Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

b) Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

c) Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

7.11 Os pagamentos serão realizados exclusivamente à empresa ou ao consórcio contratado.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

8.1 O Contrato terá vigência de 16 (dezesseis) meses, a contar da data de sua assinatura, de acordo com o item 14.3 do Projeto Básico, persistindo as obrigações decorrentes da garantia, quando houver, sendo seu extrato publicado no DODF.

8.2 O período de execução é de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil após a emissão da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela SODF/SUAF, no DF.

8.3 O prazo máximo para início da efetiva prestação dos serviços é de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço.

8.4 O prazo de vigência do contrato e de conclusão da obra poderão ser prorrogados, se necessário, mediante Termo Aditivo, desde que haja solicitação escrita da CONTRATADA, protocolizada até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Contrato, e se configure qualquer uma das seguintes hipóteses prevista no art. 57 §1º, da Lei Federal nº. 8666/1993.

8.5 As obras serão recebidas provisoriamente mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes no prazo de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual

8.6 As obras serão recebidas definitivamente por comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo do recebimento provisório, para vistoria que comprove a adequação da obra aos termos do contrato da Lei nº 8.666/93, no prazo de 90 dias corridos

Cláusula Nona – Das garantias

9.1. Da Garantia Contratual:

9.1.1 Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a CONTRATADA deverá recolher o valor de «VLR_GARANTIA» (por extenso), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, podendo ser prestada na forma de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, conforme previsão constante do Edital.

9.1.2 A adjudicatária deverá prestar caução de 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, a preços iniciais, sob pena de decair do direito à contratação.

9.1.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, nos termos do art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia; ou

c) fiança bancária.

9.1.4 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

a) O atraso autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

9.1.5 A cobertura da garantia deverá se estender 90 (noventa) dias após o período de vigência do Contrato

9.1.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

9.1.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica no Banco Regional de Brasília -BRB, com correção monetária.

9.1.8 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.1.9 A garantia prestada pela CONTRATADA ser-lhe-á restituída ou liberada 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento à SODF.

9.2. Da Garantia do Objeto

9.2.1 A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado, nos termos do art. 618 do Código Civil.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;

10.2 Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, que anotará em diário de obra todas as ocorrências verificadas;

10.3 Fiscalizar a execução dos serviços, bem como atestar sua execução, para a liberação dos recursos;

10.4 O CONTRATANTE, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo dos serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista do que for demandado;

10.5 À FISCALIZAÇÃO compete: o acompanhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato;

10.6 A FISCALIZAÇÃO lançará no Livro de Ocorrência de Obra todas as observações dignas de registro para controle da obra, devidamente assinadas pelo preposto da CONTRATADA;

10.7 Efetuar o pagamento mensal nas condições pactuadas;

10.8 Atestar a execução do contrato; e

10.9 Cumprir as demais obrigações contidas no Edital e Projeto Básico (id. 92857091).

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 A Contratada declara a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários por ventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública do Distrito Federal.

11.6 Independente das consultas prévias às concessionárias, realizadas pela SODF, com intuito de elaborar o projeto, a **CONTRATADA DEVERÁ** fazer consultas às concessionárias de serviços (CEB, CAESB, NOVACAP, METRÔ, etc), antes do início das obras; e em caso de não realização das consultas, a **CONTRATADA será responsabilizada por danos às redes que atingir, assim como demais prejuízos causados à Administração Pública do Distrito Federal.**

11.7 Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação.

11.8 Além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a CONTRATADA arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica

11.9 Aplicar, nas obras e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando todos aqueles que julgarem de má qualidade ou inadequados, debitando à CONTRATADA todas as despesas consequentes.

11.10 As irregularidades encontradas em relação às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias das empresas de que trata esta Cláusula devem ser sanadas no prazo máximo de trinta dias da detecção, quando não identificada a má-fé ou a incapacidade de correção.

11.11 No Livro de Ocorrência de Obra serão lançadas, pela CONTRATADA, todas as ocorrências da obra, tais como: serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, etc., de modo a haver um completo registro de execução da obra. À FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE compete visitar as ocorrências registradas, emitir pareceres, determinar providências, autorizar serviços, etc.

11.12 A Contratada deverá apresentar Manual de Conservação do objeto contratado de acordo com as normas técnicas pertinentes e de acordo com o as-built, devendo o mesmo ser aprovado pela Fiscalização para atender ao Decreto 39.537/2018 a fim de subsidiar o Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal

11.13 Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

11.14 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, ao final da obra, relatório sucinto com fotos sobre a execução da obra, que os encaminhará ao agente fiscalizador com parecer conclusivo.

11.15 O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.16 Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do CONTRATANTE, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.17 A empresa contratada deverá adotar boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual que envolvam seus empregados ou representantes. (Decreto distrital nº 41.536, de 1º de dezembro de 2020)

11.18 Cumprir as demais obrigações contidas no Edital e Projeto Básico (id.)

Cláusula Décima Segunda – Da Subcontratação

12.1 A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.

12.2 Será permitida a subcontratação parcial dos serviços, que por sua especialização requeiram o emprego de empresas ou profissionais habilitados, limitada ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, com base no Art. 72 da Lei 8666/93.

12.3 **“O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela administração”** e DECISÃO NORMATIVA Nº 02/2012 do TCDF.

12.4 Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a licitante vencedora deverá subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõe o art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para execução de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do objeto contratado;

12.5 No caso de subcontratação deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da CONTRATADA, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata o Projeto Básico, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

12.6 A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a SODF, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes do Projeto Básico.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

13.1 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

14.2 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, e suas alterações vigentes, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - **suspensão temporária** de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida:

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

IV - **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser dissolvido por acordo das partes, a ser reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração Contratante, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que não seja caso de rescisão unilateral do contrato.

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sétima – Vedação do uso de mão de obra infantil

Não contratar trabalho infantil, nos termos do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, para menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Cláusula Décima Oitava – Sustentabilidade Ambiental

18.1 A Contratada deve observar as disposições da Lei n.º 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal, especialmente quanto:

I a recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública; e

II a comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

18.2 E outras exigências dispostas no art. 6º, que são específicas de obras de engenharia

Cláusula Décima Nona – Vedação a qualquer tipo de discriminação

19.1 Nos termos da Lei n.º 5.448/2015, é proibido, na execução do contrato, qualquer ato de conteúdo:

I discriminatório contra a mulher;

II que incentive a violência contra a mulher;

III que exponha a mulher a constrangimento;

IV homofóbico;

V que represente qualquer tipo de discriminação.

19.2 O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ora Regulamentada por Decreto-DF nº 38.365, de 26.07.2017.

Cláusula Vigésima – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Vigésima Primeira - Da Assistência Social

21.1 Deverá ser reservado o percentual de 2% de vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais, a ser destinado a pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e LEI-DF Nº 6.128, DE 1º de 2018

a) As empresas responsáveis pelas obras e pelos serviços devem informar ao órgão do governo que responde pela pauta da assistência social a oferta de vagas prevista no caput.

Cláusula Vigésima Segunda - Equidade Salarial

22.1 Em atendimento a Lei distrital nº 6.679, de 24 de setembro de 2020, de forma anteriormente a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá comprovar documentalmente o cumprimento da exigência de equidade salarial em seu quadro de funcionários no prazo de 5 dias, contado da publicação do resultado da licitação e prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez, por meio de:

- a) Documento assinado por contador responsável, contendo o nome de todos os funcionários e respectivos cargos, tempo de serviço, grau de instrução, raça declarada e remuneração;
- b) Relatório sobre ações afirmativas adotadas para garantir a igualdade de condições no ingresso e na ascensão profissional, e o combate às práticas discriminatórias, inclusive de raça, e à ocorrência de assédios moral e sexual na empresa, pelo menos nas áreas de:
 - b1) política de benefícios;
 - b2) recrutamento e seleção;
 - b3) capacitação e treinamento.
- c) A empresa que não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial no ato do chamamento para assinatura do contrato pode apresentar, no mesmo prazo estabelecido no caput, plano para adoção das ações elencadas na letra b) acima, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 dias.

Cláusula Vigésima Terceira – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da SODF, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Vigésima Quarta - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal.

Cláusula Vigésima Quinta – Do Programa de Integridade

Será exigida da contrata a implantação do Programa de Integridade das empresas, conforme determinação da Lei 6.112 de 02 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei nº 6.176, de 16/07/2018 e Lei nº 6.308/2019, e regulamentada pelo Decreto nº 40.388 de 14/01/2020.

Cláusula Vigésima Sexta - Da obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde

A obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal, conforme a Lei nº 4.799/2012

Cláusula Vigésima Sétima - Da inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho

O Programa de Estratégias para a inserção dos dependentes químicos no mercado de trabalho, criada pela Lei Lei nº 5.757, de 14 de dezembro de 2016, com reserva mínima de 1% do total de vagas nos contratos de qualquer natureza do Governo do Distrito Federal. As empresas enquadradas a Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, ficam excluídas do programa.

Cláusula Vigésima Oitava - Da Desoneração da Folha de Pagamento

Em conformidade com a Lei nº 12.844 de 19 de julho de 2013 e alterações trazidas pela Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015, que trata da desoneração da folha de pagamento, o presente contrato poderá ter ajustadas as composições de custos unitários, coeficientes relacionados aos encargos sociais, planilhas orçamentárias e demais elementos contratuais. A desoneração, caso exista, deverá ser promovida até a primeira medição dos serviços.

Cláusula Vigésima Nona – Do combate à Corrupção

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Cláusula Trigésima – Da Legislação Anticorrupção

30.1 Na execução do presente CONTRATO é vedado à SODF, e a CONTRATADA e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

I Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira a ele relacionada;

II Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente CONTRATO;

III Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente CONTRATO, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

IV Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO; ou

V De qualquer maneira fraudar o presente CONTRATO; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e do Decreto nº 37.296, de 29 de abril de 2016.

Cláusula Trigésima Primeira - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

P/ DISTRITO FEDERAL:

LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado

P/ CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXX

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1 CPF: 000.000.000-00	TESTEMUNHA 2 CPF: 000.000.000-00
-------------------------------------	-------------------------------------

“Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060”

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053

ANEXO III-A

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - MODELO

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053

GOVERNO DE BRASÍLIA
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Subsecretaria de Projetos, Orçamentos e Planejamento de Obras

DADOS DA OBRA:
PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM/URBANIZAÇÃO - SETOR HABITACIONAL BERNARDO SAYÃO LOTE 4
DURAÇÃO DA OBRA : 12 MESES

BDI S/ DESONERAÇÃO %
BDI S/ DESONERAÇÃO DIF. %

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
TABELAS REFERÊNCIA: SINAPI MM/AAAA - SICRO MM/AAAA E DATA DE COTAÇÃO
SEM DESONERAÇÃO

ITEM	SERVIÇO	MESES												PREÇO C/ BDI (R\$)	%		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12				
1	SERVIÇOS PRELIMINARES																
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL																
3	DEMOIÇÃO / TERRAPLENAGEM																
4	PAVIMENTAÇÃO																
5	PAISAGISMO																
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA																
7	SERVIÇOS GEOTÉCNICOS E ENSAIOS																
8	REDE DE DRENAGEM																
9	IMPLANTAÇÃO BACIA DE DETENÇÃO																
10	TAXAS DE RESÍDUOS CONSTRUÇÃO CIVIL/URE (SEM BDI)																
DESEMBOLSO MENSAL																	
PERCENTUAL PARCIAL																	
DESEMBOLSO TOTAL																	
PERCENTUAL ACUMULADO																	

ANEXO III-B

LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA - LIC Nº 02/2020

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
Presidência



Licença de Instalação - Corretiva SEI-GDF n.º 2/2020 - IBRAM/PRESI

Processo nº: 00391-00020770/2017-32

Parecer Técnico nº: 133/2020 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-I (33754569)

Interessado: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA (TERRACAP)

CPF ou CNPJ: 00.359.877/0001-73

Endereço: Setor Habitacional Bernardo Sayão

Coordenadas Geográficas: 821386.00 m E 8248756.00 m S

Bacia Hidrográfica: Lago Paranoá

Porte: Grande

Potencial Poluidor: Médio

Registro no CAR: não se aplica

Atividade Licenciada: Parcelamento de Solo Urbano - Setor habitacional Bernardo Sayão

Prazo de Validade: 6 (seis) anos

I – DAS INFORMAÇÕES GERAIS:

1. A publicação da presente licença deverá ser feita no **Diário Oficial do Distrito Federal e em periódico de grande circulação** em até 30 (trinta) dias corridos, subsequentes à data da assinatura da licença, obedecendo ao previsto na Lei Distrital nº 041/89, artigo 16, § 1º;
2. O descumprimento do "ITEM I", sujeitará o interessado a suspensão da presente licença, conforme previsto no Art. 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97, de 19 de dezembro de 1997, até que seja regularizado a situação;
3. A partir do 31º dia de emissão, a presente licença só terá eficácia se acompanhada das publicações exigidas no "ITEM 1";
4. Os comprovantes de publicidade da presente Licença devem ser protocolizados com destino à Unidade de Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais do IBRAM – UGIN, respeitado o prazo previsto no "ITEM 1";
5. A renovação tácita de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente, conforme Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011.
6. Durante o período de prorrogação previsto no "ITEM 5" é obrigatória a observância às CONDIÇÕES, EXIGÊNCIAS e RESTRIÇÕES ora estabelecidas;

7. O prazo máximo da prorrogação de que trata o "ITEM 5" deve observar o disposto no Art. 18 da Resolução CONAMA n.º 237/97;
8. O IBRAM, observando o disposto no Art. 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97, poderá alterar, suspender ou cancelar a presente Licença Ambiental;
9. Qualquer alteração nos projetos previstos para a atividade deverá ser precedida de anuência documentada deste Instituto;
10. O IBRAM deverá ser comunicado, imediatamente, caso ocorra qualquer acidente que venha causar risco de dano ambiental;
11. Deverá ser mantida no local onde a atividade está sendo exercida, uma cópia autenticada ou o original da Licença Ambiental;
12. Esta Autorização não dispensa a exigência de outros licenciamentos e permissões perante demais órgãos da esfera Distrital ou Federal;
13. Outras CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES poderão ser exigidas por este Instituto a qualquer tempo.
14. A presente Licença de Instalação está sendo concedida com base nas informações prestadas pelo interessado.

I – DAS OBSERVAÇÕES:

1. As condicionantes da Licença de Instalação nº 002/2020, foram extraídas do Parecer Técnico n.º 133/2020 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-I (33754569), do Processo nº 00391-00020770/2017-32.

II – DAS CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

1. A elaboração dos projetos urbanísticos - URB's, bem como de seus memoriais descritivos MDE's, deverá nortear-se pelo mapas do EIA/RIMA entregues em sua última versão pelo empreendedor, principalmente os de "Áreas de Preservação Permanente - APP's" e "Áreas de Risco". Os projetos urbanísticos e memoriais descritivos deverão obedecer as restrições impostas pela Autorização para Licenciamento Ambiental nº 8/2018 do ICMBio para as áreas localizadas no interior da APA do Planalto Central.
2. No Setor Habitacional Bernardo Sayão, para as áreas não localizadas na APA do Planalto Central, o IBRAM admitirá apresentação de estudos técnicos específicos para avaliar os casos em que haja ocupação em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada, conforme Art. 39 da Lei 13.465/17.
3. No Setor Habitacional Bernardo Sayão, para as áreas não localizadas na APA do Planalto Central, o IBRAM admitirá apresentação de estudos técnicos específicos para avaliar os casos em que haja ocupação em Área de Preservação Permanente, conforme previsto no Art. 11, §2º da Lei 13.465/17, sem prejuízo do prosseguimento da regularização das áreas sem restrições dessa natureza. *"Constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Estados ou Municípios, a Reurb observará, também, o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*

hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, no âmbito da Reurb, que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso."

4. Anteriormente à execução do Projeto de Drenagem definitivo para o Setor Habitacional Bernardo Sayão, a NOVACAP deverá encaminhar sua versão final aprovada para avaliação do IBRAM.
5. As devidas outorgas de lançamento do sistema de drenagem nos corpos hídricos deverão estar vigentes e corresponderem aos pontos de lançamento previstos no projeto.
6. Firmar Termo de Compromisso de Compensação Florestal junto ao IBRAM, de acordo com a Informação Técnica nº 414.000.006/2017 - GERPAS/COINF/SULAM, documento SEI nº 2916303.
7. Firmar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental junto ao IBRAM no valor de **R\$ 21.895.004,85 (vinte e um milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quatro reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme memória de cálculo a ser documentada em Parecer Técnico de aprovação, em até 30 dias após a assinatura do Termo de Concordância.
8. Apresentar mapa do projeto de parcelamento de solo e utilidades pública sobreposto a camada de APP e vegetação, e mapa com as áreas de parcelamento condicionado baseado nas análises de risco e interferência em APPs, para análise e aprovação do IBRAM, num prazo de 120 dias..
9. Deverá ser acompanhada e comprovada a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas no Programa de Gestão Ambiental da Obra por meio de relatórios anuais de acompanhamento, contendo registro fotográfico, descrição das atividades realizadas, eventuais desconformidades e medidas adotadas.
10. Implantar um Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social Ambiental para orientação dos funcionários e da comunidade quanto a eventuais contatos com a fauna silvestre. O Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social Ambiental, deverá manter a população informada quanto às etapas do empreendimento e localização das frentes de trabalho.
11. Implantar Programa de Monitoramento de Fauna para Herpetofauna, Ictiofauna e Mastofauna pelo período de 18 meses;
12. Implantar Programa de Educação Ambiental aplicado aos moradores locais visando a sensibilização dos mesmos no intuito de evitar o aporte proposital ou acidental de peixes exóticos nos ambientes naturais com previsão de término de execução em até um ano;
13. Executar do projeto de recuperação de áreas degradadas dos locais indicados como prioritário pelo EIA de fauna (vide mapas e pontos). O período de execução deverá seguir o que dispõe a IN 723/2017 - sobre recomposição de vegetação - do Instituto Brasília Ambiental;
14. Promover a retirada de todo o lixo nos pontos indicados como prioritários para conservação e recuperação da fauna (sendo complementados pela condicionante abaixo) com previsão de término de execução em até um ano;
15. Promover o cercamento das áreas indicadas como prioritários para conservação da fauna e com previsão de término de execução em até um ano;
16. Identificar os pontos de lançamentos irregulares de efluentes nos córregos e providenciar a correta implantação de esgotamento sanitário para os Setores Habitacionais e com previsão de término de execução em até dois anos.
17. Com relação ao controle dos efluentes contaminantes que possam ser gerados no canteiro de obras é preciso disciplinar as águas pluviais; implantar caixas de sedimentação e separador de água e óleo; fazer a limpeza e manutenção contínua dos dispositivos de controle. Todos esses procedimentos estão ordenados no Programa de Gestão e Controle de Resíduos Sólidos, o qual

- faz parte do Plano de Gestão Ambiental das Obras. Os demais efluentes (cozinha, oficina, etc.) devem ser recolhidos em caixas de decantação antes de serem direcionados ao sistema de tratamento.
18. Executar a terraplanagem concomitantemente com a obra civil para evitar que o solo fique desprotegido;
 19. Armazenar o solo superficial retirado da área a ser construída, para aproveitamento nos projetos de recuperação ambiental;
 20. Utilizar tecnologias para proteger provisoriamente os taludes à medida que o serviço de terraplanagem avança;
 21. Adotar uma proteção dos taludes, mesmo que provisória, à medida que avança o serviço de terraplanagem, e estabilizar os mesmos definitivamente adotando uma das técnicas de engenharia disponíveis. Quanto à drenagem, recomenda-se sejam instaladas e mantidas canaletas na base dos taludes para recolhimento da água superficial;
 22. Classificar os resíduos gerados durante o decorrer das obras de acordo as normas vigentes, segregar por classes, coletar, acondicionar, armazenar e transportar adequadamente;
 23. Adotar uma rotina de umidificação das vias de acesso não pavimentadas, por meio de aspersão de água com caminhão pipa.
 24. Quanto à água no interior do talude, a mesma poderá ser recolhida através de drenos. Os drenos podem ser de dois tipos: 1- drenos de subsuperfície, para drenar a água que se encontra logo atrás do paramento; e 2- drenos profundos para escoar a água que se encontra no interior do maciço.
 25. O sistema de drenagem pluvial deverá conter dispositivos que evitem o carreamento de partículas para os pontos de lançamento, evitando-se assim o assoreamento dos corpos hídricos receptores.
 26. A instalação do sistema de drenagem deverá prever a redução da vazão de pico gerada, de forma a atender a outorga da ADASA. Apresentar o as built em até 90 (noventa) dias após o término das obras.
 27. A revisão do projeto atual deverá trazer os ajustes que contemplem a realocação das bacias que estão previstas em áreas de veredas e nascentes.
 28. Cumprir os programas apresentados, dentro do respectivo cronograma, bem como daqueles apontados nas Autorizações para Licenciamento Ambiental nº 6/2018, 7/2018 e 8/2018, conforme apresentado no documento SEI nº 6195807.
 29. Realizar Programa de Prospecção Arqueológica, dispensado o monitoramento arqueológico durante as obras. Para as ações de educação patrimonial, que é acoplado ao Programa de Prospecções, conforme Portaria 230/2002, recomenda-se que a TERRACAP apresente uma produção didática, que poderá ser uma cartilha ou livro sobre o Patrimônio Arqueológico no Distrito Federal, a ser distribuída nas escolas públicas das Regiões Administrativas afetadas pelas obras.
 30. Requerer junto ao IBRAM as devidas Autorizações de Supressão Vegetal- ASV, caso haja necessidade de suprimir indivíduos arbóreos, seja para realização das obras de infraestrutura, ou demais necessidades que surgirem no âmbito do processo de regularização.
 31. A Reurb promovida mediante legitimação fundiária somente poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma desta Lei, até 22 de dezembro de 2016.

ANEXO III-C

AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS Nº 2053.4.2022.29401

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053

Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais
Instituto Brasília Ambiental e dos Recursos Hídricos do DF

Autorização de Exploração - Corte de Árvore Isolada			
Número da Autorização	Registro Sinaflor	Área autorizada	Validade
2053.4.2022.29401	25300152	Não se aplica	07/09/2022 a 24/11/2022
Detentor da autorização	Autorização vinculada		CPF/CNPJ do Detentor
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	Não se aplica		00.359.877/0001-73
Município de referência	Coordenadas de referência		
BRASÍLIA / DF	-15,832686534 -47,891006848		
BRASÍLIA / DF	Outros municípios associados		
Dados dos imóveis rurais			
Nome do imóvel			
FAZ. BANANAL - MAT R1/1875 - 4º CR/D.F. T. 383 FL 130 LV 3 - 2º CR/D.F. T. 94 FL 77 LV 3 - 1º CR/D.F.			
Número do CAR		Área do imóvel	Município/UF
DF-5300108-BDD16329E7014DE1B0796E938CB2949E		23643 Ha	BRASÍLIA / DF
Proprietários		CPF/CNPJ	
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP		00359877000173	
Volumetria autorizada			
Produto	Indivíduos	Volume por Ha	Volume total
Lenha de Espécies Exóticas(st)	Não se aplica	Não se aplica	287,9022 st
Lenha(m³)	Não se aplica	Não se aplica	179,5518 m³
Detalhamento da volumetria autorizada			
Produtos sem indicação de espécie			
Lenha de Espécies Exóticas(st) / 287,9022 st			
Lenha(m³) / 179,5518 m³			
Condicionantes			
Gerais			
1.01 Para o transporte do material lenhoso é necessário que o interessado cadastre essa Autorização no sistema DOF (Documento de Origem Florestal), conforme Instrução nº 800 de 31 de Agosto de 2017 - IBRAM, e solicite à homologação junto ao BRASÍLIA AMBIENTAL.			
1.02 A atividade de supressão de vegetação deverá ser coordenada por profissional habilitado para essa atividade. O mesmo deverá orientar os procedimentos de corte e destinação do material lenhoso, a medição do volume de madeira empilhada com vistas à obtenção do Documento de Origem Florestal - DOF, e medidas de resgate e monitoramento da fauna nativa, se forem o caso, na forma da Lei.			
1.03 Executar e obedecer aos descritivos técnicos e projetos apresentados, incluindo os procedimentos constantes no Plano de Supressão apresentado, considerando todos os elementos constantes nos mesmos, seguindo as recomendações específicas, preconizadas em Normas Técnicas da ABNT (projetos, execução, normas de segurança e ambiente de trabalho, entre outras);			
1.04 Para a utilização de motosserra é necessário o registro na categoria de proprietário de motosserra no Cadastro Técnico Federal da Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais bem como para a emissão do DOF é necessário o registro na categoria de utilizador de recursos naturais. Caso seja realizado por empresa contratada, observar se esta possui registro nos cadastros do IBAMA e BRASÍLIA AMBIENTAL.			
1.05 A supressão das áreas autorizadas por essa ASV deverá ser realizada concomitantemente à instalação da obra evitando que o solo permaneça exposto e, conseqüentemente, impedindo o início de processos erosivos no local.			
1.06 A galhada resultante do corte deve ser removida o mais breve possível, visando prevenir a ocorrência de fogo no material seco. É proibida a queima de qualquer material lenhoso a céu aberto (Leis Distritais nº 041/1989 e nº 5.418/2014);			
1.07 Quaisquer outras supressões que venham a ser necessárias, além da aqui autorizada, deverão ser previamente requeridas;			
1.08 Avisar imediatamente ao BRASÍLIA AMBIENTAL interferências e incidentes que possam causar impactos ao meio ambiente;			
1.09 Esta autorização ambiental não desobriga a obtenção de outras permissão exigidas por outros órgãos;			
1.10 Outras CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES poderão ser estabelecidas por este Instituto a qualquer tempo.			
Específica			
2.01 sta Autorização Ambiental autoriza o Corte de Árvore Isolada para um total de 2.137 indivíduos arbóreos-			



Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais
Instituto Brasília Ambiental e dos Recursos Hídricos do DF



arbusivos, com volume total de 467,46 m³, sendo 1.387 nativos, com volume de 170,55 m³ e 750 exóticos com volume de 287,90 m³, indicados no Parecer Técnico nº 108/2020 - IBRAM/PRES/SULAM/DILAM-I (47118814), para instalação da infraestrutura do sistema de drenagem pluvial no Setor Habitacional Bernardo Sayão, na Região Administrativa do Guará - RA X, com prazo de validade de 1 (um) ano.

2.02 A título de Compensação Florestal foi firmado o Termo de Compromisso de Compensação Florestal 53 (47801627), na modalidade exposta no Art. 36, do Decreto nº 30.460/2018, de pagamento ao FUNAM no total de R\$ 347.340,00 (trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta reais).

2.03 Conforme a Informação Técnica nº 1/2020 - TERRACAP/DITEC/SEMAMN/LIC (46700750), o volume de madeira proveniente da supressão de essências nativas estimado para fins de inserção no Sistema DOF é de aproximadamente 170,55 m³ de madeira de espécies diversas.

Histórico	
Ação	Data do Protocolo
Autorização Emitida	07/09/2022 - 08:06:45



Documento assinado eletronicamente por Nathália Lima de Araújo Almeida, Gerente Autorizador - Instituto Brasília Ambiental e dos Recursos Hídricos do DF, em 07 de junho de 2022, com fundamento no art. 6º, § 1º do Decreto nº 8.539 de 8 de Outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
<https://sinaforz.ibama.gov.br/sinaforz/autorizacao/qrcode/20534202229401>

ANEXO III-D

OUTORGA PRÉVIA DE LANÇAMENTO NO CORPO HÍDRICO Nº 80/2019

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Outorga da Superintendência de Recursos Hídricos

Outorga Prévia SEI-GDF nº 80/2019 - ADASA/SRH/COUT

Brasília-DF, 29 de abril de 2019

Exauperção da outorga prévia concedida à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP com a finalidade de lançamento de águas pluviais nos córregos Amiquetira, Verde da Cruz, Verde Grande, Verdão, Vicente Pires e um groto seco, na bacia hidrográfica do rio Piracema.

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA, no uso de suas atribuições regimentais e com base na competência que lhe foi delegada pela Diretoria Colegiada, nos termos da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2019, e Portaria nº 05, de 14 de junho de 2012 e com base no art. 12 da Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, e inciso VII do art. 23 da Lei nº 4.385, de 26 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 0197-000508/2011, resolve:

Art. 1º Conceder outorga prévia à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, CNPJ 00.359.877/0001-73, para o sistema de drenagem urbana referente à regularização fundiária, urbana e ambiental dos Setores Habitacionais Amiquetira e Bernardo Sayão, bem como das ocupações irregulares nas áreas urbanizadas/semiocupadas e de parcelamento físico do projeto de urbanização do Setor de Manáev Park Way (SMPIW), localizados nas Regiões Administrativas da Taguatinga (RA I), Guará (RA X) e Núcleo Bandeirante (RA VIII), Brasília - DF, decorrente do licenciamento outorgado, para lançamento de águas pluviais em 176 (cento e setenta e seis) pontos de descarga nos córregos Amiquetira, Verde da Cruz, Verde Grande, Verdão, Vicente Pires e um groto seco, na bacia hidrográfica do rio Piracema. O detalhamento das estruturas de drenagem, as vazões de lançamento outorgadas e as características do empreendimento estão detalhados conforme tabelas a seguir:

Tabela 01: Dados quantitativos calculados para lançamento em lagoas de retenção no Setor Habitacional Amiquetira.

Nº	Área de contribuição		Coordenadas (SIRGAS 2000)		Vazões (bacias de retenção)	Vazões máximas de lançamento outorgadas	Córrego
	Área de drenagem (hectares)	Nível de impermeabilização (%)	Longitude X	Latitude Y	Volume das bacias de retenção m³	Chegada no corpo hídrico L/s	
1	11,83	70	-48,025198	-15,851288	4160	287,33	Verde da Cruz
2	2,92	70	-48,022212	-15,849948	962	64,59	Verde da Cruz
3	13,6	70	-48,020583	-15,848328	4479	318,38	Verde da Cruz
4	41,98	70	-48,019602	-15,846426	13826	999,12	Verde da Cruz
5	6,97	70	-48,020469	-15,848564	2164	139,28	Verde da Cruz
6	33,83	70	-48,019182	-15,846444	11142	822,85	Verde da Cruz
7	43,62	70	-48,007074	-15,843179	14366	882,43	Verde da Cruz
8	6,75	70	-48,019929	-15,857549	2223	150,80	Groto seco
9	9,08	70	-48,011372	-15,856845	2990	197,40	Amiquetira
10	16,56	70	-48,012737	-15,862767	5424	1.290,83*	Groto seco
11	7,74	70	-48,011140	-15,862609	2549	184,66	Groto seco
12	25,17	70	-48,006210	-15,852221	8290	2.830,87*	Amiquetira
13	2,86	70	-48,002955	-15,851020	942	67,35	Amiquetira
14	7,6	70	-48,004969	-15,852256	2503	176,66	Amiquetira
15	53,82	70	-47,999768	-15,847506	18384	1471,56	Amiquetira
16	109	70	-47,987111	-15,847373	35899	2344,59	Vicente Pires
17	14,16	70	-47,986748	-15,860993	5322	323,20	Verde Grande
18	7,53	70	-47,988999	-15,863021	2480	176,50	Verde Grande
19	10,78	70	-47,995838	-15,869995	3550	261,74	Verde Grande
20	10,43	70	-47,993147	-15,866579	3442	240,77	Verde Grande
21**	197,78	70	-48,027015	-15,855516	85139	4.823,83**	Verde da Cruz

*O empreendedor deverá instalar dispositivos de retenção/estocagem ao longo dessas redes para compensar o lançamento além da vazão de pre-dimensionamento.

**Lançamento existente que deve ser regularizado até a emissão da outorga de direito de uso.

Tabela 02: Dados quantitativos calculados para lançamento com detração/retenção ao longo da rede ao Setor Habitacional Araripeira.

Nº	Área de contribuição		Coordenadas (SIRGAS 2000)		Volumes	Vazões mínimas de lançamento autôgrafas	Córrego
	Área de drenagem (hectares)	Nível de impermeabilização (%)	Longitude X	Latitude Y			
1	4,46	70	-48,026045	-15,854906	76	108,82	Vereda de Cruz
2	1,77	70	-48,026954	-15,853937	41	48,19	Vereda de Cruz
3	2,99	70	-48,026398	-15,853565	65	72,96	Vereda de Cruz
4	2,28	70	-48,019618	-15,848061	48	55,63	Vereda de Cruz
5	3,7	70	-48,018399	-15,847999	81	90,28	Vereda de Cruz
6	7,21	70	-48,017006	-15,846752	134	175,92	Vereda de Cruz
7	0,92	70	-48,017068	-15,851638	22	22,45	Vereda de Cruz
8	3,33	70	-48,013981	-15,845359	70	81,25	Vereda de Cruz
9	2,37	70	-48,013313	-15,845043	50	57,83	Vereda de Cruz
10	2,27	70	-48,012566	-15,844936	41	55,39	Vereda de Cruz
11	18,07	63	-48,011317	-15,844980	128	440,91	Vereda de Cruz
12	0,64	70	-48,010324	-15,844687	13	15,82	Vereda de Cruz
13	1,24	70	-48,009470	-15,844338	22	30,26	Vereda de Cruz
14	7,35	70	-48,024633	-15,852813	123	178,34	Vereda de Cruz
15	1,94	70	-48,024249	-15,852665	35	47,34	Vereda de Cruz
16	5,39	70	-48,017607	-15,847060	115	131,52	Vereda de Cruz
17	9,32	70	-48,015182	-15,846444	73	237,41	Vereda de Cruz
18	5,14	70	-48,013819	-15,845481	88	125,42	Vereda de Cruz
19	2,26	70	-48,012415	-15,843435	35	55,14	Vereda de Cruz
20	3,37	70	-48,012196	-15,847641	63	82,23	Vereda de Cruz
21	2,84	70	-48,010383	-15,844921	56	69,30	Vereda de Cruz
22	0,74	70	-48,009274	-15,844368	13	18,06	Vereda de Cruz
23	0,23	70	-48,024788	-15,856947	15	6,10	Vereda de Cruz
24	0,39	70	-48,017631	-15,851711	20	9,52	Grota seca
25	1,36	70	-48,014836	-15,854530	43	33,18	Grota seca
26	1,26	70	-48,011110	-15,854275	63	30,74	Grota seca
27	1,78	70	-48,010747	-15,854334	26	43,43	Grota seca
28	3,05	70	-48,014470	-15,856305	68	74,42	Grota seca
29	1,06	70	-48,019409	-15,864724	33	25,86	Grota seca
30	1,17	70	-48,018565	-15,863768	33	28,55	Grota seca
31	1,5	70	-48,017377	-15,863561	46	36,60	Arriquiteira
32	14,94	70	-48,016080	-15,861691	185	364,54	Grota seca
33	2,26	70	-48,015956	-15,861612	63	55,14	Grota seca
34	1,05	70	-48,013819	-15,861416	35	25,82	Arriquiteira
35	2,5	70	-48,012796	-15,860374	53	61,00	Arriquiteira
36	1,04	70	-48,012564	-15,859257	26	25,38	Arriquiteira
37	3,99	70	-48,018433	-15,864973	73	97,36	Grota seca
38	4,66	70	-48,018370	-15,864441	113	113,70	Arriquiteira
39	1,25	70	-48,012504	-15,862075	20	30,50	Grota seca
40	4,42	70	-48,008338	-15,853573	70	107,85	Arriquiteira
41	2,03	70	-48,007872	-15,852947	43	49,53	Arriquiteira
42	0,88	70	-48,006033	-15,851655	13	21,47	Arriquiteira
43	1,06	70	-48,009184	-15,854890	22	25,86	Arriquiteira
44	2,62	70	-48,008429	-15,854041	56	63,93	Arriquiteira
45	32,66	70	-48,008239	-15,853790	787	796,90	Arriquiteira
46	2,13	70	-48,007485	-15,861477	28	31,97	Arriquiteira
47	5,11	70	-48,010044	-15,871744	91	124,68	Grota seca
48	0,89	70	-48,009012	-15,871398	26	21,72	Grota seca
49	3,38	70	-48,009303	-15,870789	65	82,47	Grota seca
50	3,73	70	-48,009419	-15,870489	65	91,01	Grota seca
51	10	70	-48,007364	-15,868210	135	244,00	Grota seca
52	2,27	70	-48,006442	-15,867252	35	55,39	Grota seca
53	1,79	70	-48,005551	-15,866290	26	43,68	Grota seca
54	12,4	70	-48,001129	-15,866947	223	302,56	Vereda Grande
55	1,34	70	-48,000499	-15,865981	13	32,70	Grota seca
56	14,02	70	-47,998211	-15,867011	310	342,09	Vereda Grande
57	2,47	70	-47,995674	-15,866295	50	60,27	Grota seca
58	5,57	70	-47,994873	-15,866745	140	135,91	Vereda Grande
59	6,79	70	-48,010809	-15,873803	66	165,68	Grota seca
60	3,66	70	-48,010516	-15,873354	68	89,30	Grota seca
61	1,09	70	-48,008138	-15,872223	20	26,60	Grota seca
62	0,38	70	-48,006906	-15,871508	15	9,27	Grota seca
63	0,82	70	-48,005148	-15,870573	20	20,01	Grota seca
64	0,58	70	-48,003987	-15,870285	20	14,15	Grota seca
65	0,31	70	-48,001500	-15,868867	13	7,56	Grota seca
66	3,71	70	-47,998405	-15,869931	104	90,52	Vereda Grande
67	1,16	70	-47,993040	-15,866264	40	28,30	Vereda Grande
68	7,34	70	-47,988225	-15,865733	173	179,10	Vereda Grande
69	1,46	70	-47,992127	-15,865548	28	35,62	Vereda Grande
70	8,36	70	-47,991427	-15,864445	128	203,98	Vereda Grande
71	2,34	70	-47,990063	-15,863073	50	57,10	Vereda Grande
72	1,39	70	-48,005195	-15,874383	20	33,92	Grota seca
73	2,41	70	-48,004702	-15,874822	48	58,80	Grota seca
74	1,82	70	-48,000978	-15,871256	30	44,41	Grota seca
75	3,24	70	-47,994883	-15,866745	76	79,06	Vereda Grande
76	2,92	70	-48,004566	-15,872893	86	71,25	Grota seca
77	4,88	70	-48,003345	-15,872480	79	118,58	Grota seca
78	6,66	70	-48,001035	-15,871310	143	162,50	Grota seca

79	3,24	70	-47.999101	-15.870497	74	86,38	Gruta seca
80	1,07	70	-47.995237	-15.869792	22	26,11	Gruta seca
81	2,1	70	-47.996752	-15.866231	28	31,24	Gruta seca

Tabela 03: Dados quantitativos calculados para lançamento em lagos de detenção no Setor Habitacional Bernardo Sayão.

Nº	Área de contribuição		Coordenadas (SIRGAS 2000)		Volumen (bacias de detenção)	Vazões máximas de lançamento outorgadas	Córrego
	Área de drenagem (hectares)	Nível de impermeabilidade (%)	Longitude X	Latitude Y			
1	45,22	38	-48,000284	-15,817962	4322	1017,45	Vicente Fines
2	18,17	71	-47,995887	-15,823441	5244	435,35	Vicente Fines
3	204,33	65	-47,993256	-15,830435	4919	8872,61	Vicente Fines
4	30,84	71	-47,991222	-15,839787	4905	697,39	Vicente Fines
5	36,87	67	-47,985511	-15,847902	11623	1.785,23*	Vicente Fines
6	8,24	71	-47,985975	-15,848193	2853	206,67	Vicente Fines
7	224,19	70	-47,980625	-15,851888	73837	12.704,83*	Vicente Fines
8	24,82	60	-47,977583	-15,856897	7035	515,06	Vicente Fines
9	32,05	72	-47,977376	-15,858019	10857	4.294,06*	Vicente Fines
10	53,94	55	-47,963521	-15,862427	13958	771,88	Vicente Fines

*O empreendedor deverá instalar dispositivos de detecção/irrigação ao longo dessas redes para compensar o lançamento além do vazão de pré-dimensionamento.

Tabela 04: Dados quantitativos calculados para lançamento com detecção/irrigação ao longo da rede no Setor Habitacional Bernardo Sayão.

Nº	Área de contribuição		Coordenadas (SIRGAS 2000)		Volumen (bacias de detenção)	Vazões máximas de lançamento outorgadas	Córrego
	Área de drenagem (hectares)	Nível de impermeabilidade (%)	Longitude X	Latitude Y			
1	1,95	71	-48,000042	-15,819302	41	47,58	Vicente Fines
2	0,88	71	-47,999227	-15,820289	28	21,47	Vicente Fines
3	2,18	71	-47,998428	-15,820543	41	53,19	Vicente Fines
4	2,25	71	-47,998209	-15,821224	30	24,90	Vicente Fines
5	2,25	71	-47,997741	-15,822094	30	62,22	Vicente Fines
6	2,24	71	-47,996713	-15,818066	35	54,66	Vicente Fines
7	1,68	71	-47,995781	-15,823804	20	40,99	Vicente Fines
8	2,05	71	-47,995762	-15,824517	28	50,02	Vicente Fines
9	0,28	71	-47,996891	-15,823348	61	6,83	Vicente Fines
10	2,19	71	-47,995775	-15,826576	35	53,44	Vicente Fines
11	2,19	71	-47,994729	-15,818292	35	53,44	Vicente Fines
12	3,25	71	-47,995006	-15,826203	30	79,30	Vicente Fines
13	3,29	71	-47,995098	-15,829394	30	87,60	Vicente Fines
14	1,32	71	-47,992836	-15,833238	22	32,21	Vicente Fines
15	0,99	71	-47,992764	-15,834293	13	14,40	Vicente Fines
16	1,3	71	-47,993987	-15,834850	28	36,60	Vicente Fines
17	0,85	71	-47,992439	-15,835751	15	20,74	Vicente Fines
18	2,03	71	-47,992109	-15,836713	30	49,53	Vicente Fines
19	1,13	71	-47,991840	-15,837412	30	27,57	Vicente Fines
20	1,21	71	-47,991418	-15,837924	30	29,52	Vicente Fines
21	1,52	71	-47,990832	-15,840300	22	37,09	Vicente Fines
22	4,74	71	-47,989685	-15,840584	53	115,66	Vicente Fines
23	2,89	71	-47,989704	-15,841857	50	65,64	Vicente Fines
24	3,3	71	-47,989544	-15,843604	45	60,52	Vicente Fines
25	3,01	71	-47,989211	-15,844537	45	73,44	Vicente Fines
26	1,99	71	-47,988720	-15,846666	43	48,56	Vicente Fines
27	0,97	71	-47,987792	-15,846841	15	23,67	Vicente Fines
28	1,43	71	-47,984248	-15,850213	35	34,89	Vicente Fines
29	3,04	71	-47,982107	-15,849845	53	74,18	Vicente Fines
30	1,06	71	-47,981654	-15,850150	22	25,86	Vicente Fines
31	1,34	71	-47,981238	-15,850408	22	32,70	Vicente Fines
32	2,43	71	-47,978633	-15,854056	66	59,29	Vicente Fines
33	1,48	71	-47,978608	-15,855564	26	36,11	Vicente Fines
34	4,51	71	-47,975109	-15,858656	79	110,04	Vicente Fines
35	1,02	71	-47,973741	-15,858286	22	24,89	Vicente Fines
36	0,13	71	-47,972940	-15,858342	13	3,27	Vicente Fines
37	0,99	71	-47,972633	-15,859060	15	9,52	Vicente Fines
38	4,53	71	-47,972478	-15,859314	103	110,53	Vicente Fines
39	3,06	71	-47,971679	-15,859179	48	74,66	Vicente Fines
40	0,76	71	-47,971365	-15,860405	13	18,54	Vicente Fines
41	4,47	71	-47,971326	-15,861179	61	109,07	Vicente Fines
42	1,45	71	-47,969183	-15,861085	15	35,38	Vicente Fines
43	3,79	71	-47,966686	-15,860749	83	92,48	Vicente Fines

Tabela 05: Dados quantitativos calculados para lançamento em lagos de detenção no Setor de Minúis Park Way - Trecho 03.

Nº	Área de contribuição		Coordenadas (SIRGAS 2000)		Volumen (bacias de detenção)	Vazões máximas de lançamento outorgadas	Córrego
	Área de drenagem (hectares)	Nível de impermeabilidade (%)	Longitude X	Latitude Y			
1	18,37	50	-48,003557	-15,841259	4322	264,71	Vereda da Cruz
2	18,27	61	-47,998684	-15,847089	5244	436,84	Arriquitira
3	20,81	50	-47,990196	-15,843639	4919	409,21	Vicente Fines
4	19,67	53	-47,988470	-15,847392	4905	397,92	Vicente Fines

Tabela 06: Dados quantitativos calculados para lançamento com detecção/irrigação ao longo da rede no Setor de Minúis Park Way - Trecho 03.

Nº	Área de contribuição	Coordenadas (SIRGAS 2000)	Volumen	Vazões máximas de lançamento outorgadas	Córrego

	Área de drenagem (hectares)	Nível de impermeabilização (%)	Longitude X	Latitude Y	Volumes retidos nos dispositivos m³	Chegada ao corpo hídrico L/s	
1	18,37	70	-48,002737	-15,840328	20	448,23	Vereda de Cruz
2	24,27	71	-47,992973	-15,836517	121	592,19	Vereda de Cruz
3	18,29	71	-48,009309	-15,842202	76	334,28	Vereda de Cruz
4	13,73	71	-48,002432	-15,842131	86	335,01	Vereda de Cruz
5	1,7	71	-47,998605	-15,839441	30	41,48	Vereda de Cruz
6	1,42	71	-47,996350	-15,838406	13	34,63	Vereda de Cruz
7	11,1	71	-47,990238	-15,842681	244	370,84	Vicente Pires
8	2,26	71	-47,997285	-15,846909	41	55,14	Arriquirira
9	3,4	71	-47,993130	-15,849984	157	82,86	Vicente Pires
10	21,54	71	-47,980233	-15,857428	610	524,58	Vereda Grande
11	1,21	71	-47,976423	-15,850283	20	25,52	Vicente Pires
12	1,99	71	-47,975694	-15,859117	33	33,82	Vicente Pires
13	23,99	71	-47,973491	-15,859273	119	385,36	Vicente Pires
14	1,94	71	-47,971849	-15,861340	30	32,70	Vicente Pires
15	7,94	71	-47,971822	-15,861627	53	199,74	Vicente Pires
16	13,57	71	-47,967069	-15,861367	59	331,11	Vicente Pires
17	8,86	71	-47,965289	-15,861132	20	216,18	Vicente Pires

Art. 1º A outorga poderá vigorar pelo prazo de até 03 (três) anos, a contar da data de publicação do extrato de outorga no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser renovada a critério da ADASA.

§ 1º O outorgado interessado em renovar a outorga deverá apresentar requerimento à autoridade outorgante competente com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término da outorga.

§ 2º O pedido de renovação somente será atendido se forem observadas as normas, critérios e prioridades vigentes na época da renovação.

§ 3º Cumpridos os termos do § 1º, fica esta outorga automaticamente prorrogada até que ocorra deferimento ou indeferimento do referido pedido.

§ 4º Antes da obtenção da Licença de Operação (LO) e, também, da construção do trecho final da obra de drenagem pluvial, o(s) Outorgado(s) deverá(m) regular a outorga para o uso de lançamento de águas pluviais, apresentando, além dos formulários exigidos pela ADASA, o completo atendimento ao Artigo 5º desta Outorga Pluvial.

Art. 2º A outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, por prazo determinado ou revogada, nas seguintes situações:

- I - não cumprimento das condições estabelecidas nesta outorga;
- II - quando constatadas modificações no projeto;
- III - necessidade de se prevenir ou reverter situações de degradação ambiental;
- IV - no caso de extravasamento do leito do rio nas condições máximas já observadas, em que haja necessidade de realinhamento das estruturas de lançamento;
- V - indeferimento ou cassação da licença ambiental, se exigível no caso;
- VI - a pedido do(s) Outorgado(s).

Parágrafo único. A suspensão da outorga implica automaticamente no corte ou redução do uso outorgado e não implica em indenização, a qualquer título.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II - quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º Constituem obrigações do(s) Outorgado(s):

- I - Apresentar a ADASA o projeto executivo contendo, no mínimo, estudos relativos a:
 1. Dimensionamento das estruturas de coleta, transporte, bacia de retenção de água, dissipador de energia de água e estrutura final de lançamento no leito do rio;
 2. O projeto para as bacias de ponto de lançamento, com finalidade de retenção de sedimentos, dimensionadas para um volume mínimo e vazão máxima de descarga especificadas na tabela 01 do artigo 1º;
 3. Avaliação do ponto de lançamento e impacto na qualidade de água no corpo receptor;
- 4. Detalhamento de emissário de águas pluviais nos locais onde existam outros sistemas;
 1. Avaliação da quantidade de água no ponto de lançamento e identificação de possíveis extravasamentos do leito do rio, assoreamento do leito e interferências em estruturas a jusante, como bacias e pontes;
 2. Projeto de águas e monitoramento de qualidade, vazões de lançamento, manutenção e limpeza das estruturas e, quando for necessário, o desassoreamento do corpo hídrico;
 3. Projeto de ocupação sustentável do local com projeto de aumento da infiltração e eliminação do pico de cheia;
 4. Avaliação da qualidade das águas do efluente e corpo receptor, com parâmetros estabelecidos no Tabela 04 - Características do Efluente, do Anexo 1 da Resolução Adma nº 13, de 20 de agosto de 2011;
- 5. Os corpos hídricos receptores serão classificados, conforme a Resolução nº 02 do Conselho de Recursos Hídricos do DF, de 17 de dezembro de 2014, como de Classe 2, O(A) Outorgado(s), desde que, antes de providenciar o tratamento necessário do efluente, assinado todas as obras cobruas, de forma a atender a classe de classe para os respectivos corpos receptores.
- II - Manter as águas pluviais contidas nas estruturas projetadas com dimensionamento para velocidade de chegada ao corpo hídrico receptor de até 1 m/s (um metro por segundo);
- III - Na fase de construção do empreendimento, deverão ser tomadas todas as providências no sentido de impedir o lançamento direto das águas pluviais no corpo hídrico receptor, principalmente em áreas de grande produção de sedimentos, bem como reverter os emissários de forma a garantir a proteção das áreas em o lançamento no rio contra processos erosivos;
- IV - Fica o Outorgado obrigado a fazer o acompanhamento e o monitoramento do sistema de lançamento de águas pluviais em relação ao aumento de vazão nos corpos receptores e aumento do assoreamento para jusante do empreendimento, com a finalidade de avaliar a eficiência do sistema projetado;
- V - Efetuar o pagamento, nas épocas próprias definidas pela ADASA, da Taxa de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos - TFU, conforme Lei Complementar nº 798, de 26 de dezembro de 2008, que altera a Lei Complementar nº 711, de 13 de novembro de 2005;
- VI - Executar, se necessário, ações e obras de proteção das margens do rio, bueiros, pontes, passagens de nível e desassoreamento no ponto de lançamento ou trecho a jusante compreendido pela descarga das águas pluviais;

Art. 5º O direito de uso de recursos hídricos, objeto desta outorga, está sujeito a cobrança, nos termos dos artigos 19 e 21 da Lei nº 2.721, de 31 de agosto de 2001 e inciso X do art. 8º da Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. O valor da cobrança de que trata o caput será fixado por ato da Diretoria Colegiada da ADASA, tão logo sejam os critérios para a cobrança estabelecidos pelo Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, conforme estabelecido no inciso VII do art. 32, da Lei nº 2.721, de 31 de agosto de 2001.

Art. 7º O(A) Outorgado(s) sujeita-se à fiscalização da ADASA, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo fornecer-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação, como projetos, contratos, relatórios, registros e quaisquer outros documentos referentes à outorga.

Art. 8º Pelo descumprimento das disposições legais regulamentares decorrentes do uso dos recursos hídricos e pelo não atendimento às solicitações, recomendações e determinações da fiscalização, o(s) Outorgado(s) estará sujeito(s) às penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 9º Qualquer alteração nos processos de operação e funcionamento do empreendimento deverá ser providenciada de maneira documentada da ADASA.

Parágrafo único. Fica vedada qualquer impemobilização adicional da superfície do empreendimento sem prévia comunicação e autorização da ADASA.

Art. 10. A transferência do direito de uso somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da ADASA.

Art. 11. Esta Outorga Pluvial não dispensa nem substitui a obtenção, pelo(s) Outorgado(s), de outorgas, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal ou distrital.

Parágrafo único. O(A) Outorgado(s) deverá regular a legislação municipal e articular-se com o órgão competente, com vistas à obtenção obrigatória de licenças ambientais, cumprindo as exigências pelas condições, respondendo pelas consequências do descumprimento das leis, regulamentos e licenças.

Art. 12. O(A) Outorgado(s) responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente, bem como a terceiros, e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 13. O(A) Outorgado(s) fica obrigado a fazer a manutenção periódica nas bacias de quantidade/qualidade e nos dispositivos de decantação "First Flush", incluindo limpeza e retirada de lixo, bem como cercar-las, se for o caso, e providenciar todas as medidas de segurança necessárias.

Art. 14. Esta Outorga Pluvial entra em vigor na data de publicação do Extrato de Outorga no Diário Oficial do Distrito Federal.

RAFAEL MACHADO MELLO
Superintendente de Recursos Hídricos



Documento assinado eletronicamente por RAFAEL MACHADO MELLO - Mesa:0227499-7
Superintendente de Recursos Hídricos da ADASA, em 29/04/2023, às 16:09, conforme art. 6º
da Lei nº 38.706, de 04 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial do Distrito
Federal nº 383, quinta-feira, 27 de setembro de 2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_conferir&id_documento=105176841

"Título - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor Formulário - Portaria Formulário de Selo - Estação Rodoviária - Sobradá - Ala Norte - Bloco SAN - CEP 70621-000 - DF
3563-6884
0107-00058/2021 Doc. 01/007 2161087

ANEXO IV

MODELO DE CARTA PROPOSTA

À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL – SODF

Licitação: Concorrência nº 06/2022-SODF - UASG: 929.053

Objeto: Seleção de empresa com vistas a implantação de infraestrutura urbana, em poligonal do empreendimento estimada em 714ha, no denominado Lote 4, do Setor Habitacional Bernardo Sayão-DF, RA-GUAR, incluindo execução de pavimentação, drenagem, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT e ainda as exigências e demais condições e especificações, memoriais descritivos, quantitativos expressos nos projetos constantes do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao edital da licitação.

Prezado Senhores,

Apresentamos nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tenham sido cometidos na sua elaboração.

O preço total para execução das obras é de R\$ _____ (por extenso), de acordo com os quantitativos e preços unitários cotados por nossa empresa.

Para atender ao disposto no Decreto nº 19.979, de 30 de dezembro de 1998, o valor estimado do ISS compreendido no preço proposto é de R\$ _____ (por extenso).

Declaramos que na proposta estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras civis e das obras complementares, conforme projetos e especificações constantes do edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Secretaria de Estado de Obras e Infraestruturas do Distrito Federal - SODF.

Declaramos que nos preços unitários estão inclusas despesas com administração local (mão de obra de engenheiros, Leis Sociais, vale transporte e vale refeições de pessoal, EPI'S e uniformes), mobilização e desmobilização de equipamentos, ligações provisórias e tarifas de água, esgoto e energia, eventual elaboração de projetos e desenhos e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, mesmo quando não expressa na(s) planilha(s) orçamentária(s) da Secretaria de Estado de Obras e Infraestruturas do Distrito Federal - SODF.

Declaramos que nos sujeitamos às condições do edital e que temos pleno conhecimento do local das obras.

Declaramos expressamente, a concordância do proponente aos termos do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006 e alterações, em especial o disposto nos Decretos nº 26.993, de 12 de julho de 2006 e nº 27.069, de 14 de agosto de 2006.

O prazo de execução total das obras é de ____ (por extenso) meses a partir do recebimento da Ordem de Serviço Externa.

O prazo de validade desta proposta é de _____. (por extenso) dias corridos a partir da data de abertura da licitação.

Declaramos dispor dos equipamentos, necessários à execução das obras, objeto da presente licitação.

Declaramos que utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestruturas do Distrito Federal - SODF.

Declaramos que na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Secretaria de Estado de Obras e Infraestruturas do Distrito Federal - SODF, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas.

Acompanham a proposta de preços os documentos previstos neste Edital, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Dados necessários à elaboração do contrato:

- nome completo, nº da carteira de identidade, nº do CPF, estado civil, profissão e domicílio do representante legal;
- razão social do licitante;
- endereço e telefone do licitante; e
- endereço eletrônico para fins de comunicação.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÃO: Deverão ser apresentadas as planilhas orçamentárias, as composições de custos unitários e o cronograma físico-financeiro em meio digital no formato excel, ou similar, sob pena de desclassificação.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes a Concorrência nº 06/2022 da UASG 929053 – Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF.

Brasília-DF, de _____ de 2022

REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ME/EPP

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que não se enquadra nas vedações do art. 3º, §4º do mesmo diploma legal, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Brasília-DF, de _____ de 2022

REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não se encontra em processo de Falência e que até a presente não existem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação na Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, no processo licitatório 00110-00000528/2022-19, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e data)_____
(Representante legal)**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DO MENOR**

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

(data)_____
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IX**DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito do CPF sob o nº _____, **DECLARA** para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____

Representante Legal**ANEXO X****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE**

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades da Lei, que, caso contratada, executará os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê as Normas de Acessibilidade vigentes, nos termos das Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do Decreto Federal nº 5.296/2004 e do Decreto Distrital nº 43.056/2022, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138/2018.

Brasília-DF, de _____ de 2022

REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para os fins de habilitação na Concorrência nº 06/2022-SODF, **DECLARA** expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 e suas alterações, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo distrito federal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local e data)

(Representante legal)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Brasília-DF, de _____ de 2022

REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE NÃO INCORRER EM VEDAÇÕES

Declaração para fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019 (Portaria nº 356, de 29 de julho de 2019).

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço total

OBJETO: Seleção de empresa com vistas a implantação de infraestrutura urbana, em poligonal do empreendimento estimada em 714ha, no denominado Lote 4, do Setor Habitacional Bernardo Sayão, RA-GUAR, incluindo execução de pavimentação, drenagem, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT e ainda as exigências e demais condições e especificações, memoriais descritivos, quantitativos expressos nos projetos constantes do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao edital da licitação e seus complementos.

ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal

PROCESSO: 00110-00000528/2022-19

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Concorrência

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 06/2022-SODF

LICITANTE:

CNPJ/CPF:

INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

A pessoa física ou jurídica cima identificada, por intermédio de seu representante legal, **DECLARA** que não incorre nas vedações, previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da Lei.

Brasília-DF, _____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

Indicamos abaixo o técnico e/ou equipe técnica com que nos comprometemos a realizar projeto e/ou orçamento e/ou obra, objeto da licitação.

Declaramos, para efeito da licitação em epígrafe, junto à SODF, conforme disposto no Edital e seus anexos, que indicamos para ser (em), responsável (eis) técnico(s) pela obra, e declaramos ainda que tal indicação está em consonância com as Resoluções nºs. 1.121, de 13 de dezembro de 1919, 1.010, de 22 de agosto de 2005, 1025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e Leis nºs 5.194 de 24 de dezembro de 1966 e 6.496 de 07 de dezembro de 1977:

1. COORDENAÇÃO

Nome: _____ CREA nº _____

Especialidade: _____ Data de registro: _____

2. SUPERVISÃO

Nome: _____ CREA nº _____

Especialidade: _____ Data de registro: _____

3. EXECUTOR

Nome: _____ CREA nº _____

Especialidade: _____ Data de registro: _____

4. EXECUTOR

Nome: _____ CREA nº _____

Especialidade: _____ Data de registro: _____

Declaramos, outrossim, que todos as pessoas relacionadas pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais, com relacionamento, junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes, e que nenhum destes profissionais é responsável técnico de outra empresa em outra região, sem autorização do CREA/DF.

O(s) profissional(is) executor(es) será(ão) obrigatoriamente os Responsável(eis) Técnico(s) e o Coordenador e o Supervisor serão obrigatoriamente os Co-responsáveis Técnicos.

Brasília-DF, _____ de _____ de _____.

Assinatura e Cargo do Representante da Empresa

OBS: Quando do registro da obra ou serviço junto ao CREA-DF, anexar cópia da Indicação da Equipe Técnica constante da presente licitação.

ANEXO XV

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (VISTORIA)

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

Data da Visita: ___/___/___

CNPJ da Empresa: _____

Nome da Empresa: _____

A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL – SODF atesta que a empresa acima identificada, por meio de seu representante legal (*), participou de Visita Técnica ao local onde serão executados a implantação de infraestrutura urbana, em poligonal do empreendimento estimada em 714ha, no denominado Lote 4, do Setor Habitacional Bernardo Sayão-DF, RA-GUAR, incluindo execução de pavimentação, drenagem, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT e ainda as exigências e demais condições e especificações, memoriais descritivos, quantitativos expressos nos projetos constantes do Projeto Básico/Termo de Referência, Anexo I ao presente edital e seus complementos.

A empresa declara que possui pleno conhecimento do objeto e das condições e das peculiaridades inerentes a natureza do objeto e que todas as dúvidas foram sanadas quanto à contratação objeto da licitação, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto à sua execução.

Representante da Empresa:

Nome _____

Cargo/função: _____

Assinatura: _____

Representante da SODF:

Nome: _____

Cargo/função: _____

Assinatura: _____

(*) O representante legal da empresa deverá apresentar-se devidamente munido de procuração que lhe outorgue poderes para proceder à visita técnica.

ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, **DECLARA**, em cumprimento ao subitem 8.1.4.c2 do presente edital, para fins de comprovação junto à SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, que se abstém de realizar a vistoria prévia e que tem pleno conhecimento das condições do local onde serão realizados os serviços e das informações técnicas necessárias à elaboração de sua proposta, a qual será juntada à Documentação de Habilitação, nos termos do inciso III do Artigo 30, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Representante legal da empresa com conhecimento técnico

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito do CPF sob o nº _____, **DECLARA**, em atendimento ao subitem 8.1.4, letra d1) do edital da presente licitação, que, caso seja vencedora da licitação, subcontratará compulsoriamente a (microempresa ou empresa de pequeno porte) abaixo indicada, no percentual de, aproximadamente, ____ (____ por cento).

Em atendimento ao subitem 8.1.4, letra d2) informamos que os itens a serem subcontratados não abrangerão itens exigidos como qualificação técnica, operacional ou profissional.

DADOS DA EMPRESA A SER SUBCONTRATADA						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ Nº						
ENDEREÇO:						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	VALORES	
					UNITÁRIO	TOTAL
VALOR TOTAL DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA						
PERCENTUAL DA SUBCONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO						

OBS: Se mais de uma empresa, elaborar um quadro para cada empresa.

Local e data

Representante da empresa

ANEXO XVIII

PASSOS PARA CADASTRAMENTO DE EMPRESA NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

1 - A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) efetuar o cadastramento no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores pela SODF, seguindo as orientações abaixo:

1.1 - acessar o endereço eletrônico: <http://www.portalsei.df.gov.br/>;

1.2 - escolher no quadro "cidadão" a opção Usuário Externo; e

1.3 - selecionar: Secretaria de Estado de Obras e Infraestruturas do Distrito Federal - SODF e dar sequência ao preenchimento.

2 - Após finalizar o cadastramento, imprimir e assinar o original da DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE - anexo I do Cadastro SEI - para entregar à SODF, juntamente com o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL DO CNPJ disponível no site <http://www.receita.fazenda.gov.br>, bem cópia dos seguintes documentos:

a) documento pessoal que contenha número de CPF e RG com órgão expedidor;

b) documentação que comprove a constituição da empresa (CONTRATO SOCIAL/CERTIDÃO SIMPLIFICADA) com a última alteração contratual, se houver, expedido pela respectiva junta comercial e

c) PROCURAÇÃO, quando desta forma se der a representação para assinatura dos Contratos e/ou outros ajustes a serem firmados com a SODF.

3 - A documentação elencada acima deverá ser entregue presencialmente no PROTOCOLO GERAL DA SODF ou encaminhada via CORREIOS para o Setor de Áreas Públicas Lote B CEP 71.215-000 - Brasília/DF, na forma a seguir:

3.1 - Entrega pelos correios:

- original da DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE, com firma reconhecida em cartório, e comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ emitido pelo site da Receita Federal.

- cópias dos documentos - item 2 (a, b, c) autenticadas em cartório.

3.2 - Entrega presencial:

- original da DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE, com firma reconhecida em cartório, e comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ emitido pelo site da Receita Federal.

- cópias dos documentos - item 2 (a, b, c) autenticadas em cartório ou cópias simples mediante apresentação dos originais.

4 - Somente após o recebimento de todos os documentos será efetivada a LIBERAÇÃO DO LOGIN do(a) representante cadastrado(a).

5 - Em caso de dúvidas relacionadas ao cadastramento, o usuário deverá acessar o Tutorial para Cadastro e Acesso do Usuário Externo no endereço eletrônico <http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, onde também poderá obter o contato dos representantes da SODF que integram o Comitê SEI para maiores esclarecimentos.

6 - Por se tratar de processo eletrônico, todas as documentações encaminhadas à esta Companhia, referentes aos procedimentos licitatórios em comento, deverão ser protocolizadas no PROTOCOLO GERAL DA SODF, acompanhadas de carta endereçada ao setor de cada Diretoria, com a informação do número do processo de referência.

7 - O cadastramento da empresa será realizado somente uma vez, devendo ser atualizado sempre que houver alteração do seu Representante Legal.

ANEXO XIX

Referência: Concorrência nº 06/2022-SODF

DECRETO DF Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas conjuntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

SUBSEÇÃO II

Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do §3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais: (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva; (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Inciso revogado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, exclui-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2)

(Parágrafo revogado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar: (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal. (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Brasília, 30 de maio de 2006. 118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA



Documento assinado eletronicamente por **ADRILES MARQUES DA FONSECA - Matr.0279939-1, Presidente da Comissão**, em 12/08/2022, às 16:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador=93271420 código CRC= A9C0EF65.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5007